

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 24 a 29 de março de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUE DA SEMANA

A semana que se encerrou no dia 29 de março não trouxe grandes novidades para a Mineração. Entre as notícias, nosso destaque vai para o aumento da ansiedade que afeta o segmento da mineração de ferro, no qual os movimentos estratégicos da China geram incerteza e grande volatilidade, embora ressaltando que, para o leitor atento deste semanário, esses problemas não chegam a ser novidade.

Nesta última edição de março, todavia, em vez de enfatizar o destaque do noticiário semanal que queremos, pela primeira vez, apontar um “destaque do mês”. Assim, mesmo podendo parecer contraditório, queremos destacar não uma notícia, mas o contrário: a falta de notícias sobre a comemoração dos 80 anos do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, transcorridos no dia 08 de março.

Essa melancólica indiferença das autoridades governamentais e até do público que utiliza os serviços do outrora “Órgão Máximo do Setor Mineral Brasileiro”, já chamado de “A Casa do Minerador”, à passagem de uma data tão significativa da história de uma instituição pública é o retrato do efeito nocivo da abordagem iconoclasta adotada pelo Governo, e pelo Ministério de Minas e Energia em particular, para justificar a decisão política de se criar um agência de mineração.

Qualquer um que conheça minimamente a história do Setor Mineral Brasileiro não pode ser indiferente à importância do DNPM, a instituição que mais contribuiu para o fomento do Setor Mineral Brasileiro. Portanto, essa indiferença em momento representa um triste retrato da falta de *savoirfaire* das autoridades do Setor, sugerindo um empenho muito maior em destruir o que existe do que em aperfeiçoar as instituições Setor.

Como a data comemorativa coincidiu com os feriados carnavalescos, aguardamos com expectativa o anúncio das homenagens. Em vão! Assim, queremos registrar aqui nossa homenagem ao DNPM homenageando seus idealizadores bem como as muitas gerações de profissionais que nele labutaram ao longo desses 80 anos, com competência, abnegação e patriotismo para transformar o Brasil na maior potência mineral da América do Sul.

Luciano de Freitas Borges – Ad hoc Consultores Associados Ltda.

1-24/03/2014

DESTAQUES

Prazo decadencial

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, em caso de sucessão de lei, o prazo decadencial deve ser calculado de acordo com a última norma estabelecida, computando-se o tempo decorrido na vigência da lei antiga. A decisão reforma acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. O relator, ministro Humberto Martins, citando doutrina, explicou que, "em caso de lei mais nova estabelecendo prazo decadencial maior que a antiga, aplica-se o novo prazo, computando-se o tempo decorrido na vigência da lei antiga". No caso, o TRF reconheceu a decadência para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) propor ação relativa ao pagamento de Taxa Anual por Hectare (TAH). De acordo com o ministro, por muito tempo não houve abordagem legislativa sobre o prazo decadencial relativo à TAH. Após a vigência da Lei nº 9.636, de 1998, e algumas modificações, o prazo de decadência foi estabelecido em cinco anos. Após uma última modificação, em 2004, o período decadencial foi fixado em dez anos. O tribunal de origem computou o período em cinco anos, mas, conforme Humberto Martins, os valores cobrados relativos a 2003 poderiam ser constituídos até 2013, já que a lei predominante é a mais recente e impõe prazo decadencial de dez anos.

Fonte: Valor

2-24/03/2014

Canadá tenta 'agenda positiva' com o Brasil

Por **De São Paulo/Valor**

Cinco meses após o escândalo que revelou a espionagem de uma agência governamental canadense sobre o Ministério de Minas e Energia do Brasil, o Canadá tenta retomar uma agenda positiva com Brasília. O foco: o incremento do comércio e dos investimentos entre os dois países.

Uma iniciativa nesse sentido foi a visita ao país, na semana passada, do ex-ministro da Casa Civil canadense, Kevin Lynch. Ele esteve em Brasília e São Paulo, para conversas com empresários, entidades setoriais e o governo. Na quinta-feira, participou do seminário "Investindo no Canadá", na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Os dois países vêm desde 2005 tentando construir as bases para um acordo bilateral entre o Mercosul e o Canadá. O estágio ainda é de "pré-negociação". O Canadá vê com atenção as negociações entre Brasil e União Europeia, como "termômetro do apetite do brasileiro" por liberalização comercial. O comércio bilateral gira em torno de US\$ 6 bilhões anuais. Mas, segundo Lynch, há espaço para crescer.

"Isso equivale a quatro dias de comércio entre o Canadá e os Estados Unidos", disse ele ao **Valor** durante sua estada em São Paulo. "É muito pouco para duas economias grandes como as nossas."

Lynch cita áreas como energia, agricultura, mineração e educação como promissoras. E vê o Brasil como um parceiro estratégico para o Canadá no longo prazo. "Nós temos

78% do comércio com os Estados Unidos, um mercado extraordinário. Mas, olhando o futuro, é nos mercados emergentes, como o Brasil, que está boa parte do crescimento de longo prazo", disse.

Para Lynch ainda há muito desconhecimento no Brasil sobre as possibilidades de investimento no Canadá. Cita seu país como uma excelente plataforma para o mercado americano, por exemplo, com uma carga tributária bem menor do que a americana. "Nosso imposto corporativo é 9 pontos percentuais mais baixo do que nos EUA. E você ainda pode ter todo o acesso ao mercado americano por causa do Nafta [Acordo de Livre-Comércio da América do Norte]."

Questionado sobre se o recente escândalo de espionagem o atrapalha em sua missão de estreitar os laços entre os dois países, ele disse não ter notado "nenhuma mudança no interesse brasileiro pelo Canadá nem no interesse canadense pelo Brasil". Em outubro, o ex-agente da americana NSA, Edward Snowden, revelou documentos apontando que o Ministério de Minas e Energia foi espionado pela agência canadense CSEC. "Não posso comentar sobre isso. Mas minha avaliação é de que é as coisas entre os dois países continuam normais", afirmou. Ele negou ter conversado com o governo brasileiro sobre o caso. "Minhas conversas são todas sobre temas econômicos e como aumentar nossos laços. Não represento o governo, por isso não há razão para ter conversas sobre temas políticos."

3-24/03/2014

Cresce disputa com aço importado

Por **Ivo Ribeiro e Olivia Alonso** | De São Paulo

A indústria siderúrgica brasileira busca caminho para estancar a perda seguida de competitividade nos últimos anos, tanto na exportação de produtos siderúrgicos semi-elaborados e acabados, quanto para concorrer com produtos importados, que chegam da Ásia e Leste europeu.

Um levantamento feito pelo setor mostra que a situação pode se agravar ainda mais, caso nada seja feito. "Mantido o ritmo dos últimos cinco anos, vamos chegar em 2022 com 58% do consumo aparente de aço do país tendo como origem material importado", afirma Benjamin Baptista Filho, presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil (IABr).

Atualmente, esse índice está na casa de 32%, considerando importações diretas (aços laminados na forma de chapas e bobinas) e indiretas - principalmente automóveis e autopeças, equipamentos e máquinas. Em 2008 era de 24,7%.

A China é apontada como o maior fantasma das siderúrgicas no Brasil e outros países da América Latina. Para Baptista, o Brasil não tem fôlego para exportar e as siderúrgicas vêm enfrentando o material importado ao custo de perda de margem de ganho. "É só olhar os balanços das empresas no Brasil dos últimos cinco anos".

Segundo ele, medidas que o governo tomou pouco mais de dois anos atrás (alta da alíquota de importação para alguns produtos), foram tiradas logo depois. "Deu com uma

mão e tirou com a outra. A apreciação do dólar foi neutra, pois ela ocorreu ao mesmo tempo em todos os países competidores do Brasil". Ele aponta a lira turca, o rublo russo e a moeda da China.

Neste momento, quando o governo se preocupa mais em controlar a inflação, manifestações, questão energética e eleições, entre outros problemas, para o IABr a solução é adotar uma "proteção comercial emergencial" para a indústria de transformação do país.

A enxurrada de material de fora no país ocorreu em 2010. A entrada direta de aço mais que dobrou e alcançou quase 6 milhões de toneladas em relação a 2008. "Nos chamados aços planos, a participação do produto importado atingiu 25% naquele ano", disse Baptista. Atualmente, gira em torno de 12%, mas o nível considerado confortável é até 8%.

Já as importações indiretas, na mesma base de comparação, subiram cerca de 35%, para 4,2 milhões de toneladas no mesmo período e vêm mantendo um ritmo de crescimento anual acima de 10%, conforme os dados do IABr. A perda de mercado do setor no país, somados os dois movimentos de importação, equivale ao tamanho da Usiminas, com capacidade de fazer 9,5 milhões de toneladas de aço bruto por ano.

"Além do aço que entra, hoje somos atingidos por produtos chineses da cadeia metalmeccânica, que reduz o mercado das siderúrgicas que têm fábricas aqui".

Segundo Baptista, a siderurgia brasileira tem hoje altos-fornos parados e outros operando com baixa carga. No ano passado, por volta de setembro, o setor conseguia ocupar apenas dois terços (65,8%) da capacidade instalada das usinas. "Devido a diversos fatores internos, como câmbio, elevação de custos de energia, mão de obra e a alta carga tributária, perdemos poder de competir internamente com material importado e no mercado externo, onde há um grande excesso de oferta de aço, principalmente da China". Em 2013, as exportações do país tiveram retração de mais de 17%.

O excesso de capacidade beira 580 milhões de toneladas, a maior parte na China. Para complicar, as usinas chinesas - "a maioria estatais que operam com prejuízos, mais preocupadas em gerar empregos nas províncias", segundo diz - têm planos de expansão de mais 105 milhões de toneladas de capacidade nova em alguns anos.

O IABr reúne as fabricantes de aço no país - Gerdau, ArcelorMittal, Usiminas ThyssenKrupp CSA, Votorantim, Sinobras, Aperam, Vallourec, VSB e Villares Metals. A CSN, que se retirou em 2010, deverá voltar em breve. Ao todo, operam 29 usinas de aço, aptas a fabricar 48,4 milhões de toneladas de aço bruto ao ano. Em 2013, fizeram 34,2 milhões de toneladas, com uma ociosidade de 30%. Atualmente, atinge 33%.

4-24/03/2014

**Plano chinês de mineração ameaça exportações de Minas
Bruno Porto - Hoje em Dia**

Samuel Costa/Hoje em Dia

O governo chinês lançou um plano para elevar a autossuficiência do país em minério de ferro de 35% para 50% ou mais em dez anos, atingindo uma capacidade de produção de 200 milhões de toneladas ao ano, reduzindo sua dependência de importação. Se confirmado, o plano pode fechar portas do principal parceiro comercial de Minas Gerais e resultar em uma forte redução de preços.

O impacto na balança comercial do Estado pode ser catastrófico. Nos dois primeiros meses deste ano, o minério de ferro, principal produto exportado por Minas Gerais, respondeu por 44% do total das vendas externas mineiras, sendo que 60% do minério teve a China como destino. Não há outro mercado no mundo com tamanho apetite.

No entanto, especialistas em mineração apontam para uma estratégia da China de lançar o plano com o real intuito de manter os preços do minério de ferro em curva de desvalorização.

“É interesse da China, com o plano, manter o preço em queda. Mas ainda que seja uma intenção real, a China enfrentaria muitos obstáculos. Se a produção fosse local, ainda precisaria importar minério porque o que existe na China é de baixa qualidade. Se comprar minas em outros países, enfrentará resistência, uma vez que não é interesse de um produtor de minério se associar a quem quer derrubar o preço do produto”, diz José Mendo Mizaél de Souza, sócio da J.Mendo Consultoria.

“É um plano a ser monitorado, mas não o vejo saindo do papel, até porque a China tem um limite para preços baixos do minério e esse plano derrubaria o preço”, diz Pedro Galdi, analista-chefe da SLW Corretora.

Obstáculo

Dada a baixa qualidade do minério chinês, o preço da commodity não pode cair muito para não inviabilizar a própria produção daquele país. A tonelada de minério de ferro hoje está em torno de US\$ 110, e o custo de produção na China é de US\$ 100. Se o preço ficar abaixo desse custo, inviabiliza a produção própria.

A estratégia chinesa passa pela criação de um conglomerado de oito empresas capitalizadas e lideradas pela Ansteel Mining, estatal que já é a maior produtora de minério de ferro da China.

38% das receitas da Vale vêm da China

A receita operacional bruta da Vale em 2013 foi de US\$ 48,9 bilhões, sendo US\$ 18,9 bilhões (38,6%) com origem nas vendas de minério de ferro e pelotas para a China.

Em termos de volume, das 305 milhões de toneladas vendidas pela companhia em 2013, 145,8 milhões, ou 47,7%, tiveram a China como destino. O impacto de uma maior autossuficiência chinesa no insumo siderúrgico, além de afetar de forma direta essas receitas, teria ainda reflexo indireto, oriundo do preço menor da tonelada.

O plano chinês pode aumentar a competição entre o minério da Vale e o produzido na Austrália, país mais próximo da China e, portanto, com taxas de frete mais baixas.

“Se a China desenvolver todo esse plano no próprio país, que é o que a mensagem do governo chinês dá a entender, eles ainda vão precisar de muito minério importado, com qualidade superior. Acredito que, nesse cenário, a Vale está bem posicionada porque tem o melhor minério, mas é bom lembrar que a Austrália é grande produtora e está mais perto da China”, diz José Mendo Mizael de Souza, da J.Mendo Consultoria.

O balanço da Vale em 2013 revela uma produção de minério de ferro de 299 milhões de toneladas. A diferença entre a produção e as vendas, normalmente, é suprida por compras de terceiros ou estoques.

Minério representa 44% da exportação

Minas Gerais exportou, no primeiro bimestre de 2014, um total de US\$ 4,6 bilhões. Principal produto da pauta de exportações, o minério respondeu por US\$ 2,1 bilhões (44%). O segundo produto de maior relevância em termos de receita é o café, que no mesmo período acumulou vendas externas de US\$ 479 milhões, equivalentes a 9% do total.

5-24/03/2014

Coema vai deliberar sobre projeto de mineração em Rondon do Pará Da Redação

Agência Pará de Notícias

O secretário de Estado de Meio Ambiente do Pará, José Alberto Colares, comunicou nesta sexta-feira, 21, à prefeita do município do sudeste paraense de Rondon do Pará, Cristina Malcher, e a representantes da Votorantim, a aprovação de projeto que prevê a construção de uma refinaria de alumina juntamente com a mina de bauxita da empresa, para deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), dia 23 de abril de 2014. Essa votação ocorrerá durante reunião extraordinária do Conselho, na sede da Sema.

O titular do órgão ambiental informou aos presentes que a deliberação só foi aprovada neste mês por conta dos ajustes que precisaram ser feitos em relação à compensação ambiental. “Precisávamos ajustar o valor da compensação para que no dia da reunião do Coema já tivéssemos o valor definido. Além disso, temos que avaliar tudo, pois não posso simplesmente condicionar um licenciamento a um investimento. Temos que avaliar os impactos, verificar a infraestrutura do local”, esclareceu Colares.

A prefeita disse que o trabalho está sendo realizado, em conjunto com a empresa, para o cumprimento de todas as exigências do licenciamento ambiental do empreendimento. “Esse é um projeto grandioso para o município, que exige cumprimento da legislação e

a empresa cumpriu as demandas da lei”. O coordenador de Sustentabilidade do Alumina Rondon, Sérgio de Oliveira, afirmou que o objetivo foi alcançado com o esforço coletivo. “O investimento no projeto vai melhorar a vida da população e desenvolver toda a região”, avaliou.

Segundo representantes da empresa, a qualificação da mão de obra local tem prioridade para a inserção dos moradores da região nesse mercado de trabalho e que em Rondon do Pará, a Votorantim Metais está desenvolvendo o Programa de Apoio à Gestão Pública, uma iniciativa do Instituto Votorantim e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com a Prefeitura de Rondon do Pará. Também estiveram presentes à reunião Carlos Gatti filho, Rute de Souza e Alberto Rogério, do projeto Alumina Rondon.

6-24/03/2014

Corrida pelo minério de ferro de Minas Gerais perde força Bruno Porto - Hoje em Dia

Com a tendência de preços mais baixos e de redução da demanda chinesa, os ativos de minério de ferro se desvalorizam e as minas à venda devem encalhar. Especialistas já apontam um preço de US\$ 90 a tonelada do minério até 2018, o que acentua o processo de desvalorização das reservas minerais. Hoje, a tonelada oscila acima de US\$ 110. Em 2010, o número de fusões e aquisições no setor mineral foi de 24 no Brasil e, em 2013, caiu para 18, conforme dados da consultoria KPMG.

Com a perspectiva de um mercado menos demandante para os próximos anos, a indústria mineral já trabalha ajustando a oferta. Os novos projetos anunciados eram equivalentes a US\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre de 2012, e caíram para US\$ 200 milhões no último trimestre do ano passado.

Exceção feita às reservas de minério de alto teor e com soluções logísticas já existentes, os demais ativos não encontrarão compradores, apostam os especialistas. O ciclo de fusões e aquisições, iniciado com o boom do preço do minério a partir de 2008, ganhou força em 2010, quando as siderúrgicas marcaram posições no mercado de ferro, mas parece estar muito próximo do seu fim.

“Existem muitas incertezas no mercado e não se sabe o tamanho da demanda da China. Grandes mineradoras querem se desfazer de ativos e as pequenas não têm condições de comprar. As siderúrgicas, que movimentaram as fusões e aquisições há um tempo, encerraram seus ciclos. Não vejo alterações nesse cenário em 2014”, diz o sócio da consultoria PwC e especialista em mineração, Ronaldo Valiño.

Dificuldade de crédito

Diante do aumento de risco do negócio, as empresas de menor porte, chamadas juniorcompanies, encontram maior seletividade nas liberações de crédito, inviabilizando a aquisição de projetos menores dos quais as grandes mineradoras desejam se desfazer. Além de não estarem com apetite para novas aquisições, as companhias de maior porte revisam seus planos de ganho de capacidade no intuito de sintonizá-los com as novas perspectivas de crescimento da China, maior comprador de minério do mundo

“A China crescia 11% ao ano, reduziu para 7,5%, deve fechar 2014 em 7% e depois se estabilizar próximo de 6%. O cenário de preço ainda não está claro, e todos estão com um pé atrás, o que faz com que as companhias deixem de lado projetos mais caros, de minério de menor qualidade”, diz o analista-chefe da SLW Corretora, Pedro Galdi.

Minas-Rio levanta dúvidas sobre retorno

Há tempos não se vê um negócio de aquisição de minas envolvendo cifras elevadas no Brasil, e parte das últimas transações não teve o resultado esperado pelos compradores.

O caso da venda do projeto Minas-Rio da MMX para a Anglo American é o que mais chama a atenção, tanto pelos valores como pelas dúvidas em relação ao retorno financeiro. Em 2007, a Anglo American iniciou as operações que culminariam na aquisição do projeto. A companhia pagou US\$ 1,5 bilhão por 49% da mina, em Conceição do Mato Dentro. Em agosto de 2008, por mais US\$ 5,5 bilhões, adquiriu o controle dos outros 51%, mais uma mina no Amapá, e ainda 49% do Porto de Açu, em construção no litoral fluminense. Para implantação do projeto, a Anglo American previu desembolsos de US\$ 8,8 bilhões. No total, o projeto terá custo de US\$ 15,8 bilhões.

Empresas buscam parceiros para ampliar produção em Serra Azul

A MMX, que avançou sobre pequenas mineradoras em Serra Azul, tradicional região mineradora no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, e comprou a AVG, em 2007, hoje busca no mercado parceiros para seus planos de aumento de produção. A empresa de Eike Batista ainda negociou a compra da Minerita, outra mineradora de pequeno porte da região, mas não obteve sucesso após longas negociações.

Apesar do movimento de desvalorização dos ativos, o caso da MMX se diferencia dos outros pela necessidade de o controlador, a EBX, se reformular após a crise das empresas de Eike.

Enquanto durou o ciclo de aquisições, a região de Serra Azul foi palco de grandes transações. Usiminas, MMX e ArcelorMittal são exemplos de players do segmento que adquiriram lavras na região. Algumas empresas familiares como Comisa, Minerita e Itaminas sofreram forte assédio, chegaram a negociar a venda de seus ativos, mas resistiram. No caso da Itaminas, de propriedade do empresário Bernardo Paz, sua venda, por US\$ 1,2 bilhão para uma estatal chinesa chegou a ser anunciada, mas não se concretizou.

A London Mining, listada na Bolsa de Londres, comprou a Mineração Itatiaiuçu Ltda. Com a valorização do minério e do ativo, a empresa optou por vender a mina pouco depois de um ano, em um negócio de US\$ 760 milhões. A compradora foi a ArcelorMittal.

A MMX Mineração e Metálicos entrou na região de Serra Azul com a aquisição da AVG por US\$ 224 milhões, em 2007. Por US\$ 925 milhões, a Usiminas comprou as minas da J. Mendes em 2008. Em 2010, com investimentos da ordem de R\$ 50,8 milhões, a MMX adquiriu a VGA.

No caso das fusões, a chinesa Wuhan Iron and Steel (Wisco) injetou R\$ 400 milhões para adquirir 21,5% da MMX.

Por R\$ 430 milhões a também chinesa Honbridge Holdings fechou acordo com a Votorantim Novos Negócios em um projeto de mineração no Norte de Minas.

Superoferta de aço agrava ambiente adverso

As adversidades do setor siderúrgico, que convive com excesso de oferta de aço no mundo, agravam a situação da mineração. A ociosidade dos altos fornos arrefeceu a demanda por minério. A estimativa é que, na América Latina, as usinas de aço ainda enfrentem um ambiente econômico desfavorável.

Projeções da Alacero, entidade que reúne os maiores fabricantes de aço do continente, indicam que, em 2015, o consumo de aço dentro das sete principais economias da América Latina tenha taxas de crescimento abaixo da média mundial, também afetada pelo cada vez mais provável fim do “boom das commodities” e pelos altos níveis de incerteza dos mercados.

Minas é o maior produtor nacional

- O valor da produção mineral no Brasil apresentou queda de US\$ 10 bilhões em três anos. Foram US\$ 53 bilhões em 2011, frente a uma previsão de US\$ 43 bilhões para 2014.
- Os investimentos no setor também diminuíram. Saíram de US\$ 63 bilhões no período de 2013-2017 para US\$ 53 bilhões de 2014 a 2018.
- Minas Gerais extrai mais de 160 milhões de toneladas por ano de minério de ferro em 250 municípios.
- O Estado é responsável por aproximadamente 53% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral.
- São mais de 300 minas em operação, sendo que o Estado está representado por 40 minas no ranking das 100 maiores do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

7-24/03/2014

Aurantiaca e Frysk investirão R\$ 400 milhões no Conde (BA) em 2014

A Aurantiaca Agrícola e a Frysk Industrial realizaram nova audiência com o governador da Bahia, Jaques Wagner e o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, James Correia, para tratar das ações desenvolvidas pelas companhias na região do Conde (BA).

O grupo vai encerrar 2014 com investimentos na ordem de R\$ 400 milhões de reais. Desse montante, 95% com capital próprio e 5% de financiamento pelo Desenhahia. O vice-presidente do grupo, Roberto Lessa, conta que a empresa está pleiteando junto ao

Governo do Estado uma ampliação no volume de financiamento.

“Pretendemos viabilizar mais 510 hectares de produção de coco verde e implementar uma unidade de processamento de leite de coco na indústria. Além disso, queremos instalar uma unidade de processamento de fibras, que vai transformar a casca do coco seco em fibras, na unidade industrial de biomantas da empresa”, comenta o executivo.

Fonte: Redação MM

8-24/03/2014

VERDE POTASH AUMENTA ESTIMATIVA DE RECURSOS MEDIDOS E INDICADOS DE CERRADO VERDE

A Verde Potash divulgou no último dia 20, uma atualização dos recursos medidos e indicados do projeto de potássio Cerrado Verde, em Minas Gerais, após a conclusão do programa de sondagem. De acordo com a empresa, mais de 1,4 bilhão de toneladas métricas foram atualizados de recursos inferidos para recursos medidos e indicados.

Segundo o relatório enviado ao mercado na última quinta-feira (20), os recursos indicados são de 1,4 bilhão de toneladas métricas e o de recursos medidos e indicados de 1,4 bilhão de toneladas métricas, ambos com teor médio de 9,2% de óxido de potássio (K₂O). Os recursos inferidos foram avaliados em 1,8 bilhão de toneladas métricas, com teor médio de 8,6% de K₂O.

Os novos recursos minerais foram estimados a partir dos resultados de 710 furos de sondagem de circulação reversa e 25 furos de sondagem estratigráfica adamantada. O programa de sondagem final totalizou 15 mil metros com 252 furos de sondagem de circulação reversa e 785 metros com 12 furos de sondagem estratigráfica adamantada.

De acordo com a Verde Potash, os recursos estão localizados próximos à superfície, tornando viável a mineração a céu aberto, o que permite um Capex mais baixo.

"A companhia está finalizando o estudo de pré-viabilidade e deve publicá-lo ainda no primeiro trimestre. O próximo abordará termopotássio e não óxido de potássio, de modo que a empresa possa gradualmente e, finalmente, maximizar a produção de potássio no Brasil, a fim de se tornar um produtor nacional significativo", disse Cristiano Veloso, presidente e CEO da Verde Potash.

A Verde Potash afirmou que vai se concentrar na obtenção de uma licença ambiental para termopotássio, considerando a meta da empresa de acelerar o fluxo de caixa com o menor Capex possível. Segundo a empresa, para avançar com cloreto de potássio (KCl), seria necessário investir capital em estudos exigidos pelas autoridades brasileiras. A Verde afirmou que não é possível converter o processo de aplicação atual de cloreto de potássio para um processo de aplicação de termopotássio.

De acordo com a mineradora, devido ao menor impacto ambiental do termopotássio, o projeto é classificado pelas autoridades brasileiras como “Classe 3”, que permite avançar no processo de licenciamento com a obtenção de uma licença prévia e de uma licença de construção, emitidas simultaneamente. O projeto de cloreto de potássio é “Classe 5”, classificação que não permite o mesmo tratamento.

A mineradora anunciou, em agosto do ano passado, que havia desistido da produção em larga escala de potássio em três fases de produção no projeto. Na ocasião, a empresa afirmou que objetivo era avançar com Cerrado Verde, a partir da estratégia de construir uma planta flexível para produzir termopotássio e cloreto de potássio.

A Verde afirmou que tem trabalhado para garantir a licença ambiental para o termopotássio e, durante as últimas semanas, se reuniu com autoridades brasileiras para atualizá-las sobre o progresso do projeto.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

9-24/03/2014

MINERADORAS BUSCAM REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

A crise energética em função da escassez de chuvas e da baixa no nível dos reservatórios tem levado as mineradoras a investirem em ações sustentáveis para reduzir o consumo em suas operações. Empresas como Vale, Anglo American e Usiminas comemoram o Dia Mundial da Água com bons resultados econômicos, após implementarem ações para reutilização e redução do consumo.

Na Mineração Usiminas, a vazão e a qualidade da água são monitoradas constantemente, o que permite reutilizar 85% da água captada no próprio processo produtivo. “O Dia da Água é uma boa oportunidade de ampliarmos a conscientização e o conhecimento, pois estamos sempre aprimorando os nossos processos. Realizamos investimentos para aumentar a reutilização da água”, disse André Chaves, gerente-geral de Sustentabilidade da Mineração Usiminas.

A Anglo American tem estipulado metas globais para a redução de 10% a 15% do consumo de água potável, priorizando projetos localizados em regiões com risco de escassez de água ou conflito, e buscando reduções de 5% para os demais projetos que serão concluídos até 2020.

Entre as ações de controle da mineradora, está a ferramenta WaterEfficiency Target Tool, um modelo de mensuração entre o equilíbrio do consumo atual de água da empresa e o planejado para o futuro, que serve como referência para estabelecer as metas de eficiência da água e medir o progresso realizado.

Na unidade da empresa em Niquelândia (GO), o índice de reutilização da água fica na média de 81%. Em Barro Alto, no mesmo Estado, o reservatório, com 1,8 milhão de m³ de capacidade, conta com um sistema especial de impermeabilização e captação de águas das chuvas e atingiu um índice de 83% em 2013.

De acordo com a empresa, cerca de 20% da necessidade de água são captados dessa maneira. Mais de 800 mil m³ de águas pluviais são capturados todos os anos, diminuindo, inclusive, a energia que seria dispensada com o bombeamento de água de outras fontes.

Segundo Camilo Silva, gerente-geral de Tecnologia e Processos da Manabi, a escolha do tema deste ano “Água e Energia” pela Organização das Nações Unidas (ONU) se deu por estarem intimamente interligadas, já que as gerações hidrelétrica, nuclear e térmica precisam de recursos hídricos. “A mineração é elemento dependente do binômio água e energia, como consumidora e geradora”, disse.

O gerente representou a Manabi nas comemorações da Semana da Água 2014 de Morro do Pilar (MG) e palestrou sobre “Mineração Responsável e Uso Responsável da Água”, durante seminário organizado pela prefeitura na última segunda-feira (17).

A Vale também investe em tecnologias para a redução do consumo de água. O prédio da Composição da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em São Luís, conta com painel para geração de energia solar e com sistema de captação e aproveitamento de água da chuva, iniciativas que reduzirão o consumo de energia e da água nova.

Foram instalados no local painéis fotovoltaicos de geração de energia, com capacidade média mensal de 978 kWh, energia equivalente à necessária para abastecer seis residências. Esse painel tem vida útil de 25 anos e capacidade de gerar uma economia de cerca de 200 mil kWh. Como o investimento terá retorno após 8 anos, serão 17 anos de economia para a empresa.

Celebrado mundialmente desde 22 de março de 1993, o Dia Mundial da Água foi recomendado pela ONU durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92. Desde então as celebrações ao redor do mundo acontecem a partir de um tema anual, definido pela própria Organização, com o intuito de abordar os problemas relacionados aos recursos hídricos. Com informações da Vale, Anglo, Usiminas e jornais locais.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

10-24/03/2014

IBRAM APOIA SEMINÁRIO “MINERAÇÃO: TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE”

O Ministro Finlandês de Meio Ambiente Sr. VilleNiinistö, juntamente com uma comitiva de onze empresas finlandesas líderes em tecnologia de mineração participará, no dia 3 de abril, do Seminário “Mineração: Tecnologia, Produtividade e Sustentabilidade”. O evento, que conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br), será realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em Belo Horizonte (MG).

A preocupação com as questões ambientais e sociais tornou-se cada vez mais importante no setor de mineração em todo o mundo. A altamente desenvolvida indústria finlandesa de tecnologia da mineração está empregando grande esforço no desenvolvimento de novas tecnologias e procedimentos sustentáveis visando alta produtividade. A Finlândia é um dos países que mais investe em pesquisa (4% do PIB), desenvolvimento e inovação tecnológica no mundo e tem conseguido aliar aumento de produção industrial com simultânea redução de emissões ambientais, através do desenvolvimento de tecnologias limpas.

A realização do Seminário tem como principais objetivos destacar soluções sustentáveis que possuam conexão com o desenvolvimento da indústria de mineração brasileira. O evento contará com tradução simultânea e, ao final, haverá oportunidade de realização de reuniões individuais com as empresas apresentadoras.

O Diretor de Assuntos Minerários do IBRAM, Marcelo Ribeiro Tunes conta que, desde 2013, quando a representação comercial finlandesa no Brasil se aproximou do IBRAM no sentido de verificar a possibilidade de realização de um seminário, o IBRAM acatou e aceitou a ideia com muito entusiasmo, dado o notório conhecimento que a Finlândia tem em relação à sustentabilidade na mineração. “A importância do evento é difundir ainda mais os conhecimentos específicos da indústria Finlandesa. Com isso, esperamos aumentar a possibilidade de intercâmbio comercial. É preciso lembrar também que as empresas finlandesas possuem importantes investimentos em indústria no Brasil e empregam, apenas em nosso País, cerca de 21 mil trabalhadores”.

Entre os palestrantes confirmados estão: Olavo Machado Junior, Presidente da FIEMG, José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM, VilleNiinistö, Ministro de Meio Ambiente da Finlândia, Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Paulo Sérgio Machado Ribeiro, Subsecretário de Política Mineral e Energética da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Participarão do seminário as seguintes empresas: AbNanol Technologies Oy, Centre For MeasurementAndInformation Systems (Cemis), KemiraChemicals, KoparOy, Metso Brasil Indústria & Comercio Ltda, Normet Do Brasil, Outotec, PremixOy, AntasaloMoventas – MoventasBrazil Ltda., SleipnerFinlandOy e Vtt&Vtt Brasil.

Serviço:

Seminário“Mineração: Tecnologia, Produtividade e Sustentabilidade”**Data:** 3 de Abril de 2014

Local: FIEMG – Belo Horizonte (MG)

11-24/03/2014

Navio gigante da Vale aporta pela 1ª vez em centro na Malásia

Valemax é o maior navio mineraleiro do mundo, com capacidade para 400 mil toneladas

A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, informou nesta segunda-feira que um de seus mega navios aportou pela primeira vez no terminal marítimo e centro de distribuição TelukRubiah, na Malásia, um fato marcante para a estratégia da mineradora de redução de custos.

A chegada do navio Berge Everest, da classe Valemax - o maior navio mineraleiro do mundo, com capacidade para 400 mil toneladas -, ao terminal "representa um marco importante para a empresa, que prevê iniciar as operações do centro de distribuição no segundo semestre de 2014", disse a Vale.

Em sua viagem inaugural para a Malásia, o navio foi carregado com 382,5 mil toneladas de minério de ferro, que serão armazenados no centro de distribuição para futuros embarques comerciais.

Com um investimento total de US\$ 1,37 bilhão, o centro de distribuição TelukRubiah faz parte da estratégia de negócios da Vale de atender melhor os clientes da Ásia, o principal destino do minério de ferro da companhia, e de reduzir custos logísticos, que respondem por quase 80% das despesas no segmento.

"Entendemos que o preço do minério tende a ter volatilidade grande e precisamos ter custo baixo para ser rentável mesmo em períodos em que o preço se reduz... Falar em redução de custo, em controle de custos na atividade, é falar em custos logísticos", disse diretor-executivo de Ferrosos e Estratégia da Vale, José Carlos Martins, em mensagem de vídeo divulgada à imprensa.

Martins lembrou que o Brasil está distante dos mercados de minério da Ásia, enquanto os principais concorrentes da Vale, na Austrália, estão mais próximos e têm menores custos logísticos.

Enquanto a distância média da mina da Vale até o porto, considerando todos os sistemas, é de 700 quilômetros, a dos concorrentes não chega a 400 km. Além dessa vantagem, os competidores da companhia brasileira estão a cerca de dez dias de viagem marítima até a Ásia, contra pelo menos 40 dias no caso do Brasil.

"Então, a estratégia da Vale busca reduzir essa vantagem competitiva, principalmente com escala, não somente na mina, mas também com escala de navios, quanto maiores os navios, menores serão os custos operacionais", disse o executivo.

As instalações no centro de distribuição são compostas de um porto de águas profundas e um pátio de estocagem, onde diferentes tipos de minério de ferro podem ser misturados e customizados de acordo com as necessidades das siderúrgicas.

Quando concluída, a primeira fase do centro de distribuição da Malásia terá uma capacidade de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, disse a Vale - o volume representa um bom mês de todas as exportações mensais do Brasil.

"Distância é tempo... então estamos levando o nosso minério mais para próximo do cliente, para isso precisamos do centro de distribuição como este que estamos inaugurando na Malásia. E precisamos de uma frota de navios, que funciona como um estoque flutuante. Basicamente, esta é a estratégia da Vale, é muito simples", disse.

A propósito da frota de navios gigantes, a Vale observou que, até fevereiro de 2014, os Valemax realizaram 170 operações de descarga em dez diferentes portos ao redor do mundo, além das duas estações de transferência de minério nas Filipinas.

A Vale já exportou cerca de 56 milhões de toneladas de minério de ferro por meio desses navios. Atualmente, 30 navios Valemax (próprios e afretados) estão em operação.

Fonte: Reuters

12-25/03/2014

Comitê técnico do MME realiza oficina sobre APL em Goiás

O Comitê Técnico do Processo Prospectivo do Desenvolvimento Competitivo e Sustentável realizou uma oficina de aprofundamento das variáveis-chaves do Arranjo Produtivo Local (APL) de Cerâmica Vermelha (GO). O evento foi realizado no dia 15 de março, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), em Uruaçu (GO)

O evento é organizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Mcti), o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e a Associação dos Ceramistas do Norte Goiano (Asceno).

O objetivo é promover a avaliação, prospecção e construção de cenários futuros e a elaboração do planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável do APL.

O projeto faz parte do trabalho de apoio ao desenvolvimento dos APLs de base mineral, realizado pela SGM-MME, MCTI, Cetem e IBIC-MCTI. O APL de Cerâmica Vermelha foi estabelecido como projeto piloto, em conjunto com a ASCENO e IDS. Caso a experiência seja bem sucedida, deverá ser repassada para outros APLs de base mineral.

Fonte: Redação MM

13-25/03/2014

Produção de alumínio tem queda de 9%

Em mais uma evidência do momento difícil para a indústria brasileira do alumínio, dados dos fabricantes do metal primário no país mostram que apenas um deles, a Albras, não reduziu a produção no ano passado. Os cortes resultaram em 132 mil toneladas a menos em relação ao volume de 2012, o que representa uma queda de 9% na produção.

Fonte: Valor

14-25/03/2014

VALE: Mineradora pagará R\$ 123,7 milhões em remuneração de debêntures

A mineradora Vale informou que pagará, no próximo dia 31, R\$ 123,744 milhões em remuneração semestral das debêntures participativas da companhia. O valor por debênture será de R\$ 0,318470233

Terão direito ao pagamento os debenturistas com posição no fechamento da próxima sexta-feira (28). Segundo a companhia, a remuneração é calculada com 1,8% de juros sobre o faturamento líquido das vendas de minério de ferro do semestre.

Fonte: Paula Pereira / Agência CMA

15-25/03/2014

MRN INVESTE EM PROJETO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO PARÁ

O Projeto Pé de Pincha, idealizado e executado pela Universidade Federal do Amazonas com apoio dos ribeirinhos das comunidades de Oriximiná e Terra Santa (PA), em

parceria com a Mineração Rio do Norte (MRN), tem o objetivo de preservar espécies de plantas e quelônios da região.

Os trabalhos iniciam em setembro e outubro, com a coleta de ovos nas praias das comunidades ribeirinhas, quando as fêmeas de quelônios sobem para fazer a desova. O processo é acompanhado por agentes ambientais voluntários, que retiram os ovos dos ninhos naturais, os implantam em chocadeiras até janeiro, quando ocorre o nascimento dos quelônios.

Para Alice Maria Guerreiro, coordenadora do programa na comunidade do Barreto, a dedicação dos envolvidos se mede com os números ao longo dos tempos. “Há dez anos, no primeiro ano do projeto, foi possível soltar somente 1200 quelônios. Já em 2014, os voluntários irão soltar 8900 filhotes, previamente cuidados para uma melhor inserção na natureza”. “Temos a cautela de monitorar cada um dos indivíduos que serão soltos. O casco de cada quelônio é marcado, para avaliarmos quantos terão um crescimento saudável após a soltura no Lago Sapucuá, local em que são retirados os ovos”, acrescenta Alice.

Ela também ressalta alguns desafios. “Ainda falta trazer mais comunitários para perto. Existem muitos ribeirinhos que não se envolvem como precisamos. Nesse sentido, o apoio de empresas e instituições de ensino faz toda a diferença. Os alunos do colégio de Porto Trombetas, alguns membros da UFAM e os profissionais da MRN sempre acompanham os resultados e dão o suporte técnico e financeiro que precisamos”.

A parceria da MRN ocorre desde o início do projeto e vai além do trabalho de voluntariado. A empresa também faz a doação de ração para os filhotes e disponibiliza combustível para manutenção dos tanques e apoio da logística na coleta e soltura dos animais.

Fonte: Minérios & Minerales

16-25/03/2014

Polícia moçambicana deteve um britânico e um zimbabweano por "garimpo ilegal"

Nampula, - A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve na última semana, no distrito de Nacarôa, província de Nampula, no norte do país, dois cidadãos estrangeiros acusados de exploração mineira ilegal.

Os dois homens "são um cidadão de nacionalidade britânica e outro de nacionalidade zimbabweana que foram detidos em flagrante no distrito de Nacarôa", disse à Lusa Miguel Bartolomeu, porta-voz da PRM de Nampula.

A PRM recusou-se a revelar mais dados sobre os suspeitos, pela "presunção de inocência até trânsito em julgado", e considerando que "a situação mexe com vários ordenamentos jurídicos".

Por outro lado, a PRM não avançou o tipo de minérios que aqueles dois cidadãos exploravam em Nacarôa.

Naquele distrito existem depósitos de ouro, mas a sua extração é complexa, sendo necessária a remoção e lavagem de várias toneladas de terra para se obter um grama de ouro.

Mesmo assim, e face ao desinteresse de empresas para a extração mecânica do minério, a actividade atrai muitos residentes na região, bem como estrangeiros.

Recentemente, as autoridades distritais passaram a emitir senhas mineiras, devendo cada operador pagar 1.200 meticais (cerca de 30 euros) para obter aquela licença, que tem a validade de um ano.

17-25/03/2014

COEMA VOTA PROJETO RONDON DA VOTORANTIM EM ABRIL

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema) aprovou, na semana passada, o projeto da Votorantim, que prevê a construção de uma refinaria de alumina e uma mina de bauxita no município de Rondon do Pará, no sudeste do Estado. O projeto será levado para deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) no dia 23 de abril de 2014. A informação é do próprio secretário de Estado, José Alberto Colares.

Colares comunicou a aprovação à prefeita de Rondon do Pará, Cristina Malcher e a representantes da Votorantim na última sexta-feira (21). A votação marcada para o dia 23 de abril ocorrerá durante reunião extraordinária do Conselho, na sede da Sema.

O titular do órgão ambiental afirmou que a deliberação só foi aprovada neste mês por conta dos ajustes que precisaram ser feitos em relação à compensação ambiental. "Precisávamos ajustar o valor da compensação para que, no dia da reunião do Coema, já tivéssemos o valor definido. Além disso, temos que avaliar tudo, pois não posso simplesmente condicionar um licenciamento a um investimento. Temos que avaliar os impactos, verificar a infraestrutura do local", disse Colares.

A prefeita Cristina Malcher afirmou que o trabalho está sendo realizado, em conjunto com a empresa, para o cumprimento de todas as exigências do licenciamento ambiental do empreendimento. "Esse é um projeto grandioso para o município, que exige cumprimento da legislação e a empresa cumpriu as demandas da lei".

O coordenador de Sustentabilidade do Alumina Rondon, Sérgio de Oliveira, afirmou que o objetivo foi alcançado com o esforço coletivo. “O investimento no projeto vai melhorar a vida da população e desenvolver toda a região”, disse.

Segundo representantes da empresa, a qualificação da mão de obra local tem prioridade para a inserção dos moradores da região nesse mercado de trabalho e a Votorantim Metais está desenvolvendo o Programa de Apoio à Gestão Pública em Rondon do Pará, uma iniciativa do Instituto Votorantim e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com a Prefeitura do município. Também estiveram presentes na reunião Carlos Gatti Filho, Rute de Souza e Alberto Rogério, do projeto Alumina Rondon. As informações são da Agência Pará de Notícias.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

18-25/03/2014

ANGLO AMERICAN INAUGURA RESERVA DA BIOSFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO

Com investimento da empresa de mais de R\$ 5 milhões, o espaço será referência regional de cultura e educação ambiental

A Anglo American inaugurou, no dia 21 de março, a Estação Ciência Anglo American - Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, espaço criado pela empresa com o objetivo de resgatar e disseminar o conhecimento sobre a cultura e história da região de Conceição do Mato Dentro, onde está sendo implantado o Projeto Minas-Rio. O local, com aproximadamente oito mil metros quadrados, contou com um investimento de mais de R\$ 5 milhões e abrigará um acervo composto por objetos, registros áudio visuais, exposições fotográficas, livros e cartilhas.

A Estação Ciência Anglo American - Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço está localizada no quilômetro 23 da rodovia MG-010, e dispõe de auditório, salas de exposição, galpão para oficinas temáticas, laboratório, viveiro de mudas, jardim temático de campo rupestre ferruginoso e anfiteatro. O espaço estará aberto ao público para visitas agendadas de acordo com cronograma de atividades e eventos, em fase de elaboração pela Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (Amda), organização não governamental (ONG) com mais de 30 anos de atuação em Minas Gerais.

“A criação da Estação Ciência reforça o compromisso da Anglo American com o resgate e preservação das riquezas naturais da região e do patrimônio de comunidades tradicionais locais. Além disso, esperamos que o novo espaço se torne um centro regional de referência no que diz respeito à educação cultural e ambiental”, ressalta o gerente geral de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American, José Centeno.

Na mesma data, ocorrerá o lançamento de três livros: “Arqueologia e História”, da autora SonilaMorelo; “Anfíbios”, dos escritores Bruno Pimenta, Danielle Costa, Roberta Murta-Fonseca e Tiago Pezzuti; e “Das Grutas à Luz”, do autor Castor Cartelle. Na obras poderão ser encontradas informações sobre a ocupação histórica das comunidades locais, dados das espécies de anfíbios estudados na Serra do Espinhaço e detalhes sobre patrimônio natural da região.

Em paralelo ao trabalho de implantação da estação, foi realizado o resgate de sítios arqueológicos na região do empreendimento, de onde foram recolhidos vestígios e objetos que também serão expostos, e ainda registros áudio visuais que resultaram em quatro vídeos, um CD interativo e uma exposição fotográfica da memória de comunidades da região.

Para consolidar o centro como disseminador de informações, serão disponibilizadas na data de inauguração cartilhas educativas com materiais sobre arqueologia, geologia, fauna e flora. Além disso, firmará parceria com as secretarias de Educação dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro para realizar visitas guiadas ao centro com o objetivo de incentivar e disseminar a educação ambiental nas dessas comunidades.

Sobre o Projeto Minas-Rio

Principal projeto mundial da Anglo American, o Minas-Rio está em fase de obras e atingirá, em sua primeira fase, uma capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro. O empreendimento inclui uma mina de minério de ferro e unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais; o maior mineroduto do mundo, com 525 km de extensão e que atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses; e o terminal de minério de ferro do Porto de Açu, no qual a Anglo American é parceira da LLX com 50% de participação, localizado em São João de Barra (RJ).

Fonte: Assessoria

19-25/03/2014

CINCO PRIMEIROS LOTES DA FIOLE FICAM PRONTOS EM 2015

Os cinco primeiros lotes da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiole), necessária para a execução de alguns projetos de mineração na Bahia, como o da Bahia Mineração (Bamin), ficarão prontos até o final de 2015. A previsão é do governo do Estado.

Segundo o coordenador executivo de Infraestrutura e Logística da Casa Civil da Bahia, EracyLafuente, esse é um dos principais trechos da ferrovia, devido a sua importância no transporte do minério. “Esse trecho é prioritário porque dará viabilidade, em termos

de operação, ao transporte da carga de minério de ferro, de Caetité até Ilhéus, onde ficará o Porto Sul”, disse.

A Bahia Mineração (Bamin), proprietária de projetos de minério de ferro na Bahia, utilizará esse trecho da Fiol para transportar de 20 a 25 milhões de sua produção por ano, até o Porto Sul, onde será construído um terminal de uso privativo. Outras empresas mineradoras também poderão se beneficiar do empreendimento.

O trecho, que irá de Ilhéus a Caetité, é composto por cinco lotes. O Lote 1 vai de Ilhéus até o Rio da Preguiça, em Itagibá, onde a Mirabela opera uma mina de níquel. Com um total de 125 quilômetros, o trecho passa pelos municípios de Uruçuca, Aurelino Leal, Gongogi e Ubaitaba, e conta com um investimento de R\$ 607,9 milhões.

O Lote 2, terá 119 quilômetros e ligará Itagibá a Manoel Vitorino, passando por Aiquara, Itagi e Jequié, o sexto maior município do Estado. Dentro desse trecho, será construído um túnel de 780 metros de extensão em Jequié, o chamado Lote 2A. As obras estão a cargo do Consórcio Galvão.

O terceiro lote, que vai do Riacho Jacaré, em Manoel Vitorino, ao Rio de Contas, em Tanhaçu, no sudoeste do Estado, conta com um investimento de R\$ 403,2 milhões e uma extensão de outros 119 quilômetros. Tanhaçu é produtor de cal, calcário e mármore. O trecho, denominado Lote 3, já está em obras, realizadas por um consórcio que inclui as empresas Torc, Ivai e Cavan.

O Lote 4, que vai de Tinhaçu e Caetité, está a cargo do consórcio formado entre as empresas Andrade Gutierrez, Barbosa Melo e Serveng. Esse lote tem 178 quilômetros e passa por outros seis municípios com participação relevante na rota da mineração do Estado: Aracatu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio, Lagoa Real e Ibiassucê. Ao todo, são previstos investimentos de R\$ 739,8 milhões nesse lote, que culmina no Riacho da Barroca.

Ao todo, a ferrovia terá 1,5 mil quilômetros de extensão, dos quais 1,1 mil estarão em território baiano. Estima-se que um investimento total de R\$ 6 bilhões serão feitos na Fiol, dos quais R\$ 4,3 bilhões já estão licitados. No total, 6,3 mil pessoas trabalham, atualmente, nas obras da ferrovia. As informações são do jornal Correio da Bahia.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

20-25/03/2014

VALE CONSEGUE LICENÇA PRÉVIA PARA AMPLIAR PRODUÇÃO EM CORUMBÁ

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) liberou a Licença Prévia (LP) que permite à Vale ampliar de 4 milhões de toneladas para 10,5 milhões de toneladas por ano a produção de minério de ferro da unidade de Corumbá

(MS). A LP é válida até 14 de março de 2018, conforme publicado pelo Diário Oficial da União na semana passada.

De acordo com a Vale, essa primeira autorização mostra que o projeto é viável e que o órgão ambiental quer saber mais sobre o empreendimento. “É uma pequena vitória e a Vale vai agora desenvolver mais, detalhar mais o projeto para, posteriormente, pedir a licença de instalação”, afirmou a assessoria de comunicação da mineradora ao jornal Diário Corumbaense.

Segundo a empresa, estão previstas a expansão das atividades de lavra nas morrarias Santa Cruz e Grande; a instalação de adutora para captação de água nova do rio Paraguai, para suprir as necessidades da atividade; a ampliação do pátio de armazenagem; a implantação de terminal ferroviário; a ampliação da estrada de serviços que dá acesso à mina MCR-Vale; a implantação de nova planta de beneficiamento e de nova barragem de rejeitos e a instalação de linha de distribuição de energia de 34,5kV.

Todo o empreendimento está orçado, inicialmente, em R\$ 1,3 bilhão, segundo dados do projeto divulgados pelo Ibama. O cronograma da Vale prevê 29 meses para execução dos serviços de ampliação, após a concessão da Licença de Instalação (LI).

A Vale mantém hoje cerca de 1,2 mil empregados em Corumbá, sendo que 95% deles são da região. Para as obras da próxima fase está prevista a contratação de 2 mil pessoas e, após entrar em operação, devem ser contratados 250 profissionais.

A expansão da produção para 10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano prevê captação de água a partir da construção de uma adutora no rio Paraguai, em Albuquerque. A adutora terá 35 quilômetros de extensão, ligando a mina ao rio e vai captar aproximadamente 280 metros cúbicos de água por hora.

De acordo com a empresa, cerca de 85% da água será reaproveitada pelo sistema e os 15% restantes serão retirados do rio Paraguai para completar o ciclo interno.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

21-25/03/2014

STUDO APONTA BAIXO RISCO À SAÚDE ASSOCIADO À OCORRÊNCIA DE ARSÊNIO

Pesquisa realizada pelo CETEM, envolvendo mais de 70 pesquisadores independentes, atesta que os níveis do elemento químico estão de acordo com os padrões de segurança

O estudo realizado e apresentado pelo CETEM (Centro de Tecnologia Mineral do Rio de Janeiro), em Audiência Pública realizada no dia 18 de março de 2014, na Câmara Municipal de Paracatu, sobre os níveis de arsênio na cidade, corroboram com as informações e levantamentos feitos pela Kinross Paracatu, nos últimos anos. A

pesquisa, realizada por mais de 70 pesquisadores independentes, durante 34 meses, comprovou que os níveis de arsênio na cidade estão de acordo com os padrões de segurança estabelecidos pela legislação brasileira e padrões internacionais e não apresentam perigo para a população.

“A Kinross Paracatu mantém compromissos de transparência em suas operações com toda a comunidade. A saúde, segurança e desenvolvimento dos empregados e da população de Paracatu são de extrema importância e essenciais a manutenção de nossa licença social”, afirma Alessandro Nepomuceno, diretor de Sustentabilidade e Licenciamento Ambiental. “O respeito ao meio ambiente também é um valor essencial para a Kinross, que adota as melhores práticas de gestão ambiental com monitoramento e controle de impactos adversos como poeira, vibrações e emissão de ruídos, contando com a divulgação dos resultados para órgãos competentes e com a participação ativa da comunidade.”, finaliza.

A Kinross também trabalha para desenvolver cada vez mais tecnologias avançadas a fim de controlar e assegurar processos da operação. Para acompanhar o nível de incidência do arsênio na natureza e sua interferência na saúde da população, por exemplo, além dos monitoramentos realizados, a empresa tem continuamente desenvolvido estudos com instituições conceituadas mundialmente, como é o caso do INCT-Acqua (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Recursos Minerais, Água e Biodiversidade) e Universidade de Queensland na Austrália.

“O sucesso da pesquisa, realizada pelo CETEM, e o comprometimento com resultados sérios e reais é de grande interesse da Kinross.”, diz Alessandro. A empresa sempre buscou transparência em seus monitoramentos e o estudo em questão atesta os nossos rígidos controles.

A Kinross Paracatu assegura a integridade do meio ambiente e da saúde das pessoas por meio de um conjunto de práticas e instrumentos de gestão, como a avaliação de impacto e o plano de controle ambiental, monitoramento periódico e planos de melhoria. Além disso, submete seus dados à avaliação de entidades e órgãos externos. Em paralelo, o acompanhamento dos dados de saúde da população de Paracatu, em comparação com médias obtidas em bancos de dados e serviços de saúde, evidencia que não há efeitos relacionáveis com a presença de arsênio na poeira para o município.

O exercício de uma atividade mineradora, assim como qualquer outra atividade industrial ou econômica, deve ser guiado por parâmetros, princípios e sistemas de controle ambiental. O monitoramento constantemente é fundamental para que possíveis impactos ambientais sejam devidamente gerenciados. E essa é postura adotada pela Kinross Paracatu, que realiza há mais de 12 anos, estudos sobre arsênio em conjunto com renomadas instituições nacionais e internacionais.

Fonte: CETEM

22-25/03/2014

Suécia move cidade inteira ameaçada por mina de ferro



A Suécia deve dar início, nesta primavera, aos trabalhos de relocação de uma cidade que está sendo "engolida" por uma mina.

Kiruna, a cidade situada mais ao norte do país, será deslocada para um novo local, a pouco mais de três quilômetros de distância.

A remoção gradual se dará ao longo dos próximos 20 anos e um total de 20 mil moradores serão transferidos para novas residências, construídas em volta de um novo centro municipal.

A mudança é um trabalho enorme e complexo.

"Quando as pessoas ouvem dizer que estamos projetando, criando e construindo uma cidade inteira do zero, eles pensam que se trata de um experimento utópico", afirma o arquiteto Mikael Stenqvist.

Mas ele acrescenta que há demasiadas coisas em jogo para encarar o projeto como um mero experimento. "Se esse projeto der errado, a sobrevivência de Kiruna, de seus habitantes e de sua economia estarão ameaçados. Isso nos preocupa muito. É diferente de qualquer projeto que já tenhamos realizado."

Mais de 3.000 casas e edifícios, diversos hotéis e 2,2 mil metros quadrados de escritórios, escolas e hospitais serão esvaziados ao longo das próximas duas décadas - enquanto construções alternativas são erguidas no novo local.

"Nós queremos manter o máximo possível da velha cidade, mas os custos e as dinâmicas do mercado nos impedem de transferir tudo", afirma Stenqvist.

Projeto

A decisão foi determinada por uma mina de ferro local - um dos mais valiosos depósitos de minério de ferro de toda a Suécia e o principal empregador de Kiruna.

O projeto teve início em 2004, quando a companhia estatal de mineração Luossavaara-Kiirunavaara AB (LKAB) enviou uma carta ao governo local explicando a necessidade de promover uma escavação mais profunda em um morro situado perto da cidade, o que

poderia fazer com que o solo abaixo de milhares de apartamentos e edifícios públicos sofresse rachaduras ou mesmo cedesse.

Mas como, uma década depois, gigantescas rachaduras vêm aparecendo nas construções da cidade, não resta mais dúvidas de que não se trata de uma mera precaução.

"Todo mundo que vive em Kiruna sabe que a cidade vai eventualmente ser relocada, todo mundo consegue ver que a mina está devorando a cidade. A questão sempre foi dizer quando isso aconteceria", afirma Viktoria Walldin, uma das antropólogas contratadas para trabalhar na relocação."

De acordo com a antropóloga, os moradores de Kiruna estão vivendo em um estado de "suspensão" por quase 15 anos, o que os impede de tomar decisões importantes, como comprar uma casa, redecorar a residência, ter um filho ou abrir um negócio.

"Agora finalmente chegou a hora que um monte de gente que está vivendo em estado de suspensão há anos finalmente poderá se libertar e pensar: 'finalmente está acontecendo, serei capaz de fazer investimentos e de planos pelo resto da minha vida'".

O número de pessoas envolvidas em um projeto de tal magnitude excede os milhares e inclui planejadores urbanos, paisagistas, biólogos, engenheiros civis, homens de demolição e peritos em construção e empreiteiras.

O escritório de arquitetura baseado em Estocolmo White Arkitekter AB, que venceu o contrato para desenhar a nova Kiruna, planeja um projeto com um centro da cidade mais denso, com um foco maior em sustentabilidade, acessibilidade para pedestres e ênfase em transporte público.

A localização da nova cidade, a 145 quilômetros do Círculo Ártico, significa que o sol nunca se põe entre maio e agosto e que é sempre noite entre dezembro e fim de janeiro. As temperaturas permanecem baixas, na faixa de -15 graus, durante boa parte do ano, com neve ao longo do ano todo.

Espera-se também que a cidade renovada poderá propiciar a visita de mais turistas, auxiliando os negócios locais. O famoso Hotel de Gelo, de Jukkasjarvi, nas imediações, atrai mais de 100 mil pessoas por ano à área, mas os turistas dificilmente se dão ao trabalho de fazer uma viagem de 15 minutos a Kiruna.

23-26/03/2014

Horizonte Minerals prevê investir US\$ 580 milhões no PA

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

A Horizonte Minerals, empresa britânica com projetos de exploração mineral de ouro e níquel no Brasil, informou que o estudo de pré-viabilidade de seu projeto de níquel de Araguaia, no Pará, confirmou a viabilidade econômica e técnica do empreendimento. Jeremy Martin, presidente da Horizonte, afirmou ao **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, que a Horizonte está em busca de um sócio para o projeto. Até o momento, foram investidos US\$ 30 milhões e prevê precisar de mais US\$ 580 milhões na fase de construção.

A empresa listou ontem entre os resultados econômicos do projeto uma alta taxa de retorno, estimada entre 20% e 21%. Também estima baixo custo de operação, de US\$ 9.166 por tonelada de minério. Atualmente, a cotação do níquel na bolsa de Londres (LME) está em US\$ 16.100 por tonelada. Neste ano, o metal subiu 15% puxado pela proibição das exportações de minérios na Indonésia.

"Há expectativa de aperto do lado da oferta, resultando em aumento dos preços do níquel no médio e longo prazos, justamente no momento em que colocaremos o Araguaia em produção", afirmou Martin em comunicado. Ao **Valor**, ele disse que a empresa fará agora os estudos finais e, em seguida, pretende começar a construir o empreendimento.

Ele acrescenta que os cálculos de retorno do projeto foram feitos considerando um preço futuro de US\$ 19 mil por tonelada de níquel, que é a previsão do mercado. Considerando o preço atual, a taxa de retorno do projeto seria de 15%.

Listada nas bolsas de Londres e Toronto, a companhia cita no estudo um período de 3,9 anos a 4,4 anos para que o projeto compense os investimentos. Também informa que prevê uma geração de caixa de US\$ 1,76 bilhão (podendo chegar a US\$ 3,4 bilhões) durante toda a vida útil da mina, estimada em 25 anos.

Apesar do tempo parecer pouco (Onça Puma, da Vale, poderá ser explorado por 35 anos), Martin afirma que a empresa tem a vantagem do alto teor de níquel no minério. Segundo o estudo, o teor constatado é de 1,57% a 1,73% para os primeiros dez anos de mineração, contra 0,9% na Austrália, por exemplo.

Martin destaca como vantagem do projeto a infraestrutura do local. "A região oferece boas redes rodoviárias e ferroviárias com rotas de transporte acessíveis, acesso a baixo custo de energia e apoio das autoridades regionais."

24-26/03/2014

Chefe munduruku vai a Washington denunciar projeto de usinas no Tapajós

Por **Daniela Chiaretti** | De São Paulo

Se o visto para os Estados Unidos sair a tempo, Josias ManhuaryMunduruku, 36 anos, casado, dois filhos, embarcará nas próximas horas para Washington. "Fui convidado para fazer uma denúncia", diz o chefe dos guerreiros mundurukus, etnia que reúne 11.600 índios em 118 aldeias na Amazônia. "Temos a nossa voz. Temos que lutar pelos nossos direitos, pelo nosso rio, pela nossa floresta."

A voz dos mundurukus tem se manifestado contra o projeto do governo de ocupar a bacia do rio Tapajós com hidrelétricas. Nos planos estão 3 usinas no Tapajós, 4 no Jamanxim, 5 no Teles Pires e 17 no Juruena. Os índios temem as usinas de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Teles Pires e São Manoel, só para citar as mais famosas.

Josias deve falar em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). "É sobre a barragem. O governo não quer ouvir, não quer fazer consulta prévia com nós", disse ao **Valor**.

A consulta aos povos indígenas, quando afetados por projetos, é prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil ratificou a convenção, com aprovação no Congresso e promulgação pelo Executivo, mas ainda não há padrão de como fazer a consulta na prática. A experiência de Belo Monte é contestada pelos povos da região, que alegam não terem sido adequadamente ouvidos.

"Estamos lutando para sermos respeitados pelos governos que estão desrespeitando a legislação. É muita violação dos direitos humanos", diz. "Na Constituição está garantido, mas os governantes não estão cumprindo a lei."

Os mundurukus são "um povo de tradição guerreira, que dominava culturalmente a região do Vale do Tapajós, que nos primeiros tempos de contato e durante o século XIX era conhecida como Mundurukânia", diz o capítulo dedicado a eles no "Povos Indígenas no Brasil", do Instituto Socioambiental (ISA). São o principal foco de resistência às usinas do Tapajós.

Representam o que os caiapós de Raoni significaram para Belo Monte desde que o projeto no Xingu era conhecido por Kararaô. "Fizeram Belo Monte sem consulta prévia, tenho o vídeo. Não queremos do jeito que fizeram. Todo mundo tem que ser ouvido. As 118 aldeias mundurukus têm que ser ouvidas, com seus 118 caciques", diz Josias.

Na semana passada, ele esteve em Brasília e explicou sua visão das usinas a uma plateia de índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e outros afetados por hidrelétricas ou projetos de mineração na Amazônia. O evento foi promovido pelo Fórum da Amazônia Oriental (Faor), rede de organizações sociais da Amazônia Oriental

"O projeto é uma destruição para nós, não vai prestar", disse. "O que o governo quer? Quer que os indígenas fiquem divididos entre eles", prossegue. "O povo aldeado não quer as usinas. Quer consulta prévia. Tem uns que querem, mas não representam o povo, estão ligados com o governo."

Ele diz que a consulta "tem que ser também com os ribeirinhos e quilombolas. Principalmente os ribeirinhos, que vão ser mais prejudicados porque a terra deles não é demarcada. Temos dó daquelas pessoas que vão perder o lugar deles. A gente luta pela próxima pessoa, a geração que está vindo."

Foi a terceira viagem de Josias a Brasília. Em junho de 2013, depois de ocuparem os canteiros de Belo Monte, 144 mundurucus foram trazidos em aviões da FAB para uma conversa com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República. O diálogo foi nervoso. Episódios tensos marcaram a relação entre governo e mundurucus em 2013. Os índios sequestraram três biólogos da Eletrobras que faziam estudos na região. O governo reagiu, enviou a Força Nacional e disse que muitos índios estavam envolvidos com garimpos ilegais.

25-26/03/2014

Destaques

Minério sobe 1,2%

O minério de ferro subiu 1,2% ontem e foi negociado a US\$ 111,80 por tonelada no mercado à vista da China, maior preço desde 7 de março (US\$ 114,2 por tonelada). Os valores são do minério com concentração de 62% de ferro (62% Fe), que é a especificação mais usada como referência no mercado. As matérias-primas do aço, incluindo também o carvão, tiveram seus preços impulsionados ontem por indicações de que o governo chinês dará estímulos à economia após dados mais fracos do setor de manufatura do país, divulgados na segunda-feira. No mercado físico de minério, a Rio Tinto vendeu minério ontem por US\$ 111 a tonelada, segundo o Standard Bank. O banco destacou ainda que o Brasil embarcou 6,25 milhões de toneladas na última semana, acima das 5 milhões uma semana antes.

26-26/03/2014

Mais uma vez, setor de mineração puxa aumento da arrecadação em MS

Luciana Brazil-Campo Grande News

Pelo segundo mês consecutivo o setor de mineração foi o responsável pelo aumento da arrecadação da Receita Federal em Mato Grosso do Sul, de acordo com o levantamento do órgão feito em fevereiro. Foram R\$ 6,2 milhões a mais no setor no mês passado.

Em janeiro, o setor também foi o que mais contribuiu para a arrecadação da Receita. De acordo com o delegado da Receita Federal, Flávio de Barros Cunha, as operadoras de extração de minérios metálicos sofreram forte incremento financeiro. "O setor teve um lucro muito significativo. Quanto mais eles faturam, mais impostos eles pagam".

Seguindo dados de fevereiro, a administração pública e a seguridade social ficaram em segundo lugar, com R\$ 5,8 milhões de incremento. A educação foi o terceiro destaque no mês com R\$ 4,1 milhões.

Já entre os tributos e contribuições previdenciárias as empresas em geral apresentaram o maior crescimento na arrecadação do Estado em fevereiro. Foram R\$ 8,9 milhões de incremento.

Os órgãos do poder público ficaram em segundo lugar na contribuição. Conforme a Receita Federal foram R\$ 7,7 milhões.

O pagamento unificado contribuiu R\$ 6,6 milhões para o aumento da arrecadação.

Total- A arrecadação total em fevereiro foi de mais de R\$ 397,247 milhões com um crescimento nominal de R\$ 47,798 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, que foi de R\$ 349,449 milhões. Esse resultado representou um crescimento nominal de 13,68% em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

A arrecadação fazendária alcançou o valor de R\$ 200,591 milhões com um acréscimo de R\$ 19,356 milhões em relação a fevereiro de 2013, um crescimento de 10,68%.

Já a arrecadação de receitas previdenciárias somou R\$ 196,656 milhões, um aumento de 16,91% em relação ao mesmo período do ano passado.

27-26/03/2014

Feira Sul Metal e Mineração ainda tem espaço para expositores

Empresas de médio e grande porte ainda podem integrar a Feira Sul Metal e Mineração 2014, marcada para os dias 6 a 9 de maio, no Pavilhão de Exposições José Ijair Conti, em Criciúma. O evento já tem 90% de sua área de expositores comercializada.

No total serão 15.500m² de área de expositores. "Um evento desse porte é oportunidade que a empresa tem de promover seus produtos e serviços, ampliar a participação no mercado em que atua e estar em contato direto com as últimas tendências de mercado, seus concorrentes, fornecedores, potenciais representantes e distribuidores", pontua o diretor comercial da feira, Marcelo Benatti.

Estarão presentes nesta edição da Sul Metal & Mineração empresas de todo o país trazendo novidades, tecnologia e conhecimento do ramo. Entre os expositores confirmados estão a Pro Eletro Equipamentos de Perfuração, Soratto Comércio de Soldas, Bob Máquinas, Donaldson do Brasil Equipamentos Industriais, Belgo Bekaert Arames, MesserCutting Indústria e Comércio de Soldas, Romac Técnica de Máquinas e

Equipamentos, Mantomac Comércio de Peças e Serviços, Metalúrgica Spillere e Macromaq.

O evento conta com o apoio dos sindicatos: Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Criciúma (Sindimetal), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Caravággio (Simec), Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e patrocínio do Badesc e Tractebel.

Fonte: Assessoria do evento

28-26/03/2014

DNPM LANÇA INFORME MINERAL DO SEGUNDO SEMESTRE (2013)

O DNPM lança o Informe Mineral referente ao segundo semestre de 2013. O documento já se encontra disponível no site do DNPM na internet: <http://bit.ly/1dL6fwr>. O Informe Mineral é uma publicação que visa mensurar mensalmente, por meio de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração em cada semestre. Inclui artigos que tratam de: Nível de Produção; Comércio Exterior; Mercado de Trabalho; Desempenho da Arrecadação da CFEM e da TAH; e Outorga de Títulos Minerários.

Fonte: In The Mine

29-26/03/2014

CABRAL RESOURCES CONFIRMA MINERALIZAÇÃO DE HEMATITA NA BAHIA

A Cabral Resources divulgou na última terça-feira (25) os primeiros resultados dos ensaios de poços da zona Queixada do projeto de minério de ferro Sincorá, na Bahia. De acordo com a empresa, foi encontrada mineralização de hematita nas zonas subsuperficiais de locais onde não haviam sido identificadas ocorrências de hematita na superfície.

Segundo a Cabral, seis poços de pesquisa já foram concluídos na zona Queixada e dois poços na zona Queixada Norte, mas alguns testes ainda estão pendentes. O objetivo da mineradora é estabelecer os recursos inferidos dentro das duas zonas, considerando uma área de cerca de um quilômetro quadrado.

Os resultados dos ensaios químicos dos poços mostram mineralização de hematita com alto teor de ferro. Isso se aplica ao material fixo (> 6.300 milímetros), que compreende

a maior parte do material encontrado nas cavas. De acordo com a empresa, as amostras continham baixos níveis de contaminantes.

A quantidade de material de rochas de precipitação também é muito efetiva, com 16,3% dentro de uma fração de < 6.300 milímetros e > 1.000 milímetros. O resultado demonstra potencial para um produto final altamente comercializável e, segundo a empresa, os estudos continuam visando otimizar esse material.

De acordo com a Cabral, os resultados do ensaio químico também apontaram níveis insignificantes de enxofre, o que torna o produto atraente para o mercado chinês, já que está aumentando no país a consciência sobre os impactos ambientais das emissões siderúrgicas.

A empresa afirmou que está trabalhando em conjunto com a Fundação Gorceix, em Ouro Preto (MG), em busca de otimizar ainda mais os resultados preliminares e disse estar confiante de que algumas pequenas alterações no fluxograma atual irão render melhorias significativas.

A análise preliminar mostra que será possível melhorar a qualidade do material através de uma simples introdução de lavagem no processo. Segundo a Cabral, o material hematítico tem um pouco de terra cobrindo seus fragmentos e o processo de lavagem eliminaria a terra superficial.

De acordo com a Cabral, novos testes serão realizados nos próximos meses para entender melhor as características mineralógicas do material de pesquisa do poço e otimizar as especificações do produto final. O objetivo é definir o potencial da mineralização de hematita dentro das zonas Queixada e Queixada Norte.

A Cabral afirmou que aguarda as licenças ambientais necessárias por parte das autoridades reguladoras competentes para iniciar o programa de sondagem no local.

No mês passado, a Cabral disse os poços têm sido tão eficientes quanto uma campanha de sondagem e vão permitir que a empresa tenha uma estimativa de recursos minerais da região, seguindo o padrão Jorc. A mineradora afirmou que os poços são uma ferramenta primordial para aumentar o conhecimento sobre a geologia da mineralização de hematita e sobre sua potencial origem.

A quantidade de material de rochas de precipitação também é muito efetiva, com 16,3% dentro de uma fração de < 6.300 milímetros e > 1.000 milímetros. O resultado demonstra potencial para um produto final altamente comercializável e, segundo a empresa, os estudos continuam visando otimizar esse material.

De acordo com a Cabral, os resultados do ensaio químico também apontaram níveis insignificantes de enxofre, o que torna o produto atraente para o mercado chinês, já que está aumentando no país a consciência sobre os impactos ambientais das emissões siderúrgicas.

A empresa afirmou que está trabalhando em conjunto com a Fundação Gorceix, em Ouro Preto (MG), em busca de otimizar ainda mais os resultados preliminares e disse estar confiante de que algumas pequenas alterações no fluxograma atual irão render melhorias significativas.

A análise preliminar mostra que será possível melhorar a qualidade do material através de uma simples introdução de lavagem no processo. Segundo a Cabral, o material hematítico tem um pouco de terra cobrindo seus fragmentos e o processo de lavagem eliminaria a terra superficial.

De acordo com a Cabral, novos testes serão realizados nos próximos meses para entender melhor as características mineralógicas do material de pesquisa do poço e otimizar as especificações do produto final. O objetivo é definir o potencial da mineralização de hematita dentro das zonas Queixada e Queixada Norte.

A Cabral afirmou que aguarda as licenças ambientais necessárias por parte das autoridades reguladoras competentes para iniciar o programa de sondagem no local.

No mês passado, a Cabral disse os poços têm sido tão eficientes quanto uma campanha de sondagem e vão permitir que a empresa tenha uma estimativa de recursos minerais da região, seguindo o padrão Jorc. A mineradora afirmou que os poços são uma ferramenta primordial para aumentar o conhecimento sobre a geologia da mineralização de hematita e sobre sua potencial origem.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

30-26/03/2014

JUSTIÇA

Vale obtém vantagem sobre tributação de coligadas

O ministro Ari Pargendler, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acompanhou voto do relator Napoleão Nunes Maia Filho em parecer da Vale no caso da tributação dos lucros e controladas localizadas em países onde o Brasil tem tratado para evitar a bitributação. O caso foi suspenso por causa de pedido de vista do relator. O placar geral está em dois votos a um a favor da mineradora. O ministro Pargendler alega que a cobrança do IR e da CSLL sobre os ganhos de controladas da Vale na Dinamarca, Luxemburgo e Bélgica seria indevido. Segundo ele, a tributação brasileira não pode se sobrepor a tratados que visam evitar a bitributação. O relator Maia Nunes afirmou que o descumprimento deste tipo de acordo internacional pode gerar “represálias” de outros países, como barreiras para o ingresso de mercadorias. Falta um voto para a Vale vencer a causa. Em caso de empate, um integrante da 2ª Turma deverá ser chamado a opinar sobre o tema.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

31-26/03/2014

NÍQUEL

Horizonte busca parceiro para Araguaia

A Horizonte Minerals informou que o estudo de pré-viabilidade de seu projeto de níquel no Araguaia (PA) constatou viabilidade técnica e econômica do empreendimento. Até o momento foram investidos US\$ 30 milhões no projeto, mas a Horizonte busca um parceiro e prevê aportes de mais de US\$ 580 milhões na fase de construção. A empresa fará agora estudos finais antes de começar a construção do projeto. A vida útil da mina é estimada em 25 anos e o teor do minério de níquel varia entre 1,57% e 1,73% para os primeiros dez anos de mineração.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

32-26/03/2014

AÇO

Produção brasileira cresce 1,2% em fevereiro

Segundo números do Instituto Aço Brasil (IABr), a produção brasileira de aço bruto em fevereiro somou 2,6 milhões de t, 1,2% a mais quando comparada com o mesmo mês em 2013. Em relação aos laminados, a produção de fevereiro, de 2 milhões de t, aumentou 2% quando comparada com fevereiro do ano passado. Com isto, a produção acumulada no ano atingiu 5,3 milhões de t de aço bruto e 4 milhões de t de laminados, redução de 0,1% e incremento de 1,3%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2013. As vendas internas alcançaram 1,8 milhão de t de produtos em fevereiro, crescimento de 7,6% em relação a fevereiro de 2013. As vendas acumuladas em 2014, de 3,6 milhões de t, mostraram aumento de 3,4% com relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações de produtos siderúrgicos em fevereiro de 2014 atingiram 628 mil t, no valor de US\$ 416 milhões. Com esse resultado, as exportações em 2014 totalizaram 1,4 milhão de t e US\$ 1 bilhão, representando declínio de 18,1% em volume e de 5% em valor, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Já as importações somaram 250 mil t em volume e receita de US\$ 279 milhões, totalizando 561 mil de t de produtos siderúrgicos importados no ano, redução de 2,1% em relação ao mesmo período de 2013. O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em fevereiro foi de 2 milhões de t, totalizando 4,1 milhões de t em 2014. Esses valores representaram alta de 4,8% e 3,2%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

33-26/03/2014

SIDERÚRGICAS

CADE decidirá sobre troca de ações entre empresas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou que qualquer possível ou eventual violação da decisão que envolve compra de ações da Usiminas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é de responsabilidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A L. Par, fundo que reúne recursos do investidor LirioParisotto, fez queixa à CVM afirmando que o fato de as ações da CSN na Usiminas estarem impedidas de votar na eleição de conselheiros limitava a possibilidade de articulação entre os minoritários para eleger representantes no órgão. Em 2011, a CSN atingiu 15,91% do capital total ou 11,66% das ordinárias e 20,14% das preferenciais. Na ocasião, o Cade impediu a CSN de comprar novos papéis e eleger membros para o Conselho da Usiminas. O Cade tem que julgar os impactos da CSN em ter participação direta na Usiminas. O L. Par sugeriu ao Cade que a CSN colocasse seus papéis para aluguel no mercado, já que desta forma outro investidor poderia exercer direito de voto em assembleia na Usiminas.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

34-26/03/2014

TECNOLOGIA MINERAL

Seminário Brasil-Finlândia acontece em abril

O Seminário “Brasil-Finlândia : Mineração : Tecnologia, Produtividade, Sustentabilidade e Rodada de Negócios” acontece dia 03 de abril no auditório da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG), no 1º andar, em Belo Horizonte (MG). No setor mineral, o conhecimento e inovação da indústria finlandesa tem tido um significativo impacto global por meio do desenvolvimento e fabricação de equipamentos de exploração e mineração, assim como de tecnologias e serviços de processamento para a indústria de mineração. A preocupação com as questões ambientais e sociais estão se tornando cada vez mais importantes na indústria de mineração. Neste sentido, a indústria de tecnologia finlandesa da mineração está mobilizada para o desenvolvimento de processos e de novas tecnologias sustentáveis para garantir uma alta produtividade no setor. O Seminário irá destacar tais soluções sustentáveis, em conexão com o desenvolvimento da indústria de mineração brasileira. O Sr. VilleNiinistö, Ministro de Meio Ambiente da Finlândia, irá compartilhar suas opiniões de como este know-how e especialização têm ajudado no desenvolvimento de uma indústria de mineração sustentável e como as empresas finlandesas melhoraram a produtividade em operações sustentáveis de mineração. O Ministro Niinistö estará acompanhado por uma delegação empresarial de alto nível de onze empresas do setor de mineração sustentável. O evento também possibilita contato direto com as empresas finlandesas na rodada de negócios. O seminário contará com tradução simultânea, exceto nas reuniões individuais da rodada de negócios.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

35-26/03/2014

MERCADO

ArcelorMittal emite 750 milhões de euros

A ArcelorMittal anunciou emissão de 750 milhões de euros a 3%, com vencimento em 25 de março de 2019. Os recursos da emissão serão utilizados para propósitos corporativos em geral.

Fonte:Brasil Mineral OnLine - 645

36-26/03/2014

Ibama revalida licença prévia ambiental de Porto Sul da Bahia

Por **André Borges | Valor**

BRASÍLIA - A construção do Porto Sul, complexo portuário da Bahia avaliado em mais de R\$ 5,6 bilhões, teve a sua licença prévia ambiental revalidada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A decisão, apurou o Valor, foi oficializada hoje ao governo baiano pelo presidente do Ibama, Volney Zañardi Júnior.

A licença prévia não permite que o governo dê início efetivo às obras, mas atesta a viabilidade socioambiental do empreendimento. O projeto já tinha conquistado a licença prévia, mas a autorização acabou suspensa, por conta de uma série de intervenções motivadas pelo Ministério Público Federal na Bahia, situação que levou à realização de audiências públicas e novos estudos.

Foram entregues ao Ibama a lista de informações complementares solicitadas, que trata sobre 21 questionamentos a respeito das últimas audiências públicas, realizadas em Ilhéus e Itabuna, em dezembro de 2013, bem como as respostas às solicitações requeridas pelo Ministério Público. Cabe agora ao governo a entrega dos 38 Programas Básicos Ambientais (PBA'S), já em execução, condicionantes para a concessão da Licença de Instalação (LI).

Com uma área de 1.865 hectares, a implantação do complexo Porto Sul está prevista para a praia de Aritaguá, em Ilhéus (BA). “O Governo da Bahia segue com transparência e seriedade em todos os procedimentos necessários para a instalação do Porto Sul. Este é o projeto que vai colocar a Bahia em outro patamar de desenvolvimento. Não mediremos esforços para que o nosso Estado tenha um porto moderno, integrado à Ferrovia Oeste Leste e indutor do crescimento econômico do estado”, diz o secretário da Casa Civil do Governo da Bahia, Rui Costa, responsável pela coordenação do projeto.

O complexo será formado pelo Terminal de Utilização Privada (TUP) do Estado da Bahia e pelo TUP da Bahia Mineração (Bamin). A previsão é de que movimentará

cargas de todos os tipos de granel e cargas em seus diversos acondicionamentos, com estimativa, no 25º ano de funcionamento, de operar 100 milhões de toneladas por ano.

A revalidação da licença prévia confirma o posicionamento do parecer técnico do instituto, apresentado duas semanas atrás.

Poucas obras de infraestrutura têm enfrentado tantos embates ambientais quanto o porto baiano. Em novembro de 2012, o projeto conseguiu obter sua licença prévia. Desde então, os ministérios públicos federal (MPF) e estadual (MPE) passaram a fazer uma série de contestações sobre a obra.

Com a licença prévia nas mãos, o governo baiano tem que correr para implementar os programas básicos ambientais (PBA), que foram divididos em 38 programas. Trata-se das compensações atreladas aos impactos das obras. Só depois de analisar o comprimento dos PBAs é que o Ibama decide se irá conceder ou não a licença de instalação da obra. A expectativa do governo baiano é de que essa licença saia ainda neste ano.

Os custos socioambientais do Porto Sul ainda não foram detalhados, mas as estimativas preliminares indicam que a conta pode chegar a cerca de R\$ 150 milhões.

O cronograma do porto já está comprometido. A expectativa do governo baiano era ter iniciado a obras em meados de junho do ano passado. Hoje, na melhor das hipóteses, os canteiros de obras devem sair do papel no ano que vem.

37-26/03/2014

MMX tem prejuízo de R\$ 353,1 milhões no 4º trimestre

SÃO PAULO - A MMX encerrou o quarto trimestre com prejuízo de R\$ 353,1 milhões, valor praticamente estável em relação às perdas verificadas no mesmo período de 2012. O resultado foi influenciado principalmente pelo menor volume de vendas de minério e por multas a serem pagas para a MRS e Usiminas, por não cumprimento de metas de comercialização previstas em contratos com ambas as companhias.

Entre outubro e dezembro de 2013, a mineradora de Eike Batista registrou receita de R\$ 180,7 milhões, 9% menos que um ano antes. As vendas de minério de ferro recuaram 26%, para 1,4 milhão de toneladas.

Com a paralisação da extração nas minas do Sistema Corumbá, por conta das restrições de crédito do grupo EBX, a produção total de minério de ferro caiu 32% no quarto trimestre, para 1,13 milhão de toneladas. Esse foi o montante produzido pelo Sistema Sudeste — 28% menor que o registrado no mesmo período de 2012.

O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, em inglês) da MMX ficou negativo em R\$ 131,4 milhões, muito acima das perdas operacionais de R\$ 16,8 milhões do quarto trimestre do ano anterior.

O indicador foi afetado pela provisão de R\$ 72 milhões para multas de contratos não cumpridos com a Usiminas Mineração e com a MRS Logística.

O ano passado foi marcado por um processo de reestruturação da companhia. O controle do Porto Sudeste, seu principal ativo, foi vendido para a holandesa Trafigura, em parceria com o fundo árabe Mubadala.

Além disso, foi desativada a mina de Corumbá e a previsão para a produção anual do Sistema Serra Azul foi cortada de 29 milhões de toneladas anuais para 15 milhões de toneladas a partir de 2018. A companhia já informou que busca sócios para o negócio de mineração.

Nesse contexto, a MMX terminou 2013 com prejuízo de R\$ 2,06 bilhões, mais que o dobro das perdas de R\$ 792,4 milhões do ano anterior. Boa parte do resultado líquido negativo ocorreu por conta de baixas contábeis referentes à reavaliação de ativos, de R\$ 1,18 bilhão.

(Natalia Viri | Valor)

38-27/03/2014

Ouro de Serra Pelada volta a ser sonho

Por **Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte**

O projeto de retomada da extração de ouro na região de Serra Pelada, no Pará, está suspenso. A canadense Colossus Minerals, que já investiu mais de US\$ 350 milhões no empreendimento, entrou em um processo de reestruturação após ter se declarado em situação de insolvência. Os trabalhos na mina subterrânea escavada pela mineradora estão parados e a empresa não disse ainda quando pretende retomá-los.

Em janeiro, o **Valor** havia informado que além dos US\$ 350 milhões já aplicados, a companhia calculava que precisava de investimentos adicionais de aproximadamente US\$ 70 milhões para obras de rebaixamento do lençol freático e bombeamento da água dentro da mina.

A direção da companhia tentou levantar mais fundos para o projeto, mas suas tentativas não prosperaram. Em 14 de janeiro, a empresa comunicou que entrou com um pedido de insolvência, na tentativa de apresentar um plano de reestruturação.

Em 25 de fevereiro, o grupo de credores canadenses da Colossus montou o plano de reestruturação para a empresa sob o Bankruptcy and Insolvency Act, um conjunto de

regras do Canadá para pedidos de falência e insolvência. O plano foi finalmente aprovado pelo tribunal de Ontário há duas semanas, no dia 13.

Os credores, que são agora os novos controladores, vão definir o novo conselho de administração, que vai gerir a empresa, segundo apurou a reportagem.

Entre os vários credores e agora controladores, o maior deles é a Sandstorm Gold Ltd. Com sede em Vancouver, no Canadá, a empresa é especializada em financiar projetos de mineração de ouro em troca de um contrato que garante a compra do metal a ser produzido a um preço pré-fixado. A Sandstorm diz, em seu site, ter outros negócios desse tipo no Brasil, entre eles com a Luna Gold, dona de um projeto no Maranhão, e com a MagellanMinerals, que atua no Pará.

A Colossus ainda não informou os planos dos novos controladores em relação a futuros aportes, ao reinício dos trabalhos ou às mudanças no cronograma de início da produção. Em setembro, quando o **Valor** esteve no empreendimento, a previsão da companhia era que a produção começasse entre o fim de 2013 e início de 2014.

A pedido do **Valor**, o Ministério das Minas e Energia, por meio de sua assessoria de comunicação, afirmou: "Temos informações de que os trabalhos de desenvolvimento na mina de Serra Pelada estão interrompidos, porém, os trabalhos de manutenção estão em curso, logo, em uma eventual retomada, não haverá custo adicional para utilização dos equipamentos e instalações existentes".

Perguntado se a empresa já havia dado alguma informação sobre quando os trabalhos seriam retomados, o ministério disse até o momento não, "pois o projeto não foi paralisado, segundo informações houve uma interrupção para reestruturação. Os prazos legais, estabelecidos pela legislação mineral, estão sendo cumpridos."

A Colossus é sócia do projeto ao lado da Coomigasp, a cooperativa dos garimpeiros que retiraram ouro nos anos 80 e 90 de Serra Pelada, no auge dos trabalhos de extração na região.

O governo federal havia concedido à cooperativa o direito de explorar a região e para isso a entidade buscou uma companhia que tivesse capital e estrutura para tocar o projeto. Mas a relação entre os sócios tem sido marcada por disputas e desentendimentos, que levou à intervenção do Ministério Público.

A Colossus é dona de 75% do empreendimento e a Coomigasp, 25%. Juntos, formaram a Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral (SPCDM). Segundo o ministério, as mudanças na Colossus não põe em xeque o direito exploração da área. "Sob o ponto de vista legal a concessão de lavra pertence à Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral (SPCDM)", disse o ministério. "Somente após a dissolução da SPCDM e manifestação de impossibilidade de condução da lavra junto ao DNPM, a concessão retornaria à União."

39-27/03/2014

Prumo está focada em concluir obras prioritárias no Açu e gerar caixa

Por **Francisco Góes | Valor**

RIO - Caminhões carregados com pedras transitam de um lado a outro, homens trabalham na construção de quebra-mares e o cais para atracação de navios vai ganhando a forma final. Nas águas calmas do porto, as dragas não param. Ali perto, mais de uma centena de torres de transmissão se espalha em fila à espera da conexão com o sistema elétrico nacional. Esse conjunto de obras no porto do Açu, no norte fluminense, vai consumir quase todo o investimento de R\$ 1,72 bilhão previsto para este ano pela Prumo Logística Global, antiga LLX, controlada, desde outubro de 2013, pela gestora americana EIG Global Energy Partners.

O investimento da Prumo em 2014 é quase o dobro dos R\$ 885,1 milhões aplicados em 2013, quando as obras no porto foram paralisadas como resultado das dificuldades financeiras do empresário Eike Batista, o antigo controlador. Foi um período de incertezas em que o porto correu risco de ficar inacabado. Sob nova administração e com novo presidente, o engenheiro Eduardo Parente (ex-MRS), a Prumo está acelerando investimentos para concluir obras prioritárias no Açu, complexo portuário idealizado por Eike no município de São João da Barra (RJ). “O Açu é um projeto visionário de Eike [Batista]”, disse Parente.

Um dos objetivos de Parente é atrair a Petrobras para o porto: “Tentamos entender as necessidades da Petrobras e mostrar o potencial do porto”, disse o executivo. O uso do Açu pela estatal terá o efeito de atrair para o porto uma segunda onda de fornecedores da indústria de petróleo depois da chegada de empresas como Technip, NOV e Intermoor. A Petrobras disse que abriu processo licitatório para contratar dois berços para atracação de embarcações de apoio que fazem o transporte de carga para a Bacia de Campos e o Espírito Santo. “Para essa licitação, que tem previsão de conclusão nos próximos meses, a Petrobras convidou operadores logísticos especializados, alguns dos quais apresentaram o Porto do Açu, pertencente à Prumo, como alternativa”, disse a Petrobras em nota.

A Prumo divulgou nesta quarta-feira os resultados de 2013, quando registrou prejuízo de R\$ 135,8 milhões, 271% acima dos R\$ 36,6 milhões de perda de 2012. O que mais pesou para o aumento do prejuízo no ano passado foi a provisão R\$ 45,9 milhões para perdas de ativos da LLX Brasil. Dessa forma, a empresa baixou como prejuízo opções de compra de um terreno em Peruíbe (SP), onde Eike tinha planos de desenvolver o Porto Brasil. A Prumo não tem interesse de levar esse projeto adiante. A companhia está concentrada em entregar o Açu.

Parente disse que o orçamento de investimentos de 2014 inclui a realização de obras necessárias para o escopo atual do porto e iniciativas capazes de permitir que o Açu gere caixa rapidamente. Em 2013, a Prumo teve receita líquida de R\$ 56 milhões com o

aluguel de áreas para seis empresas no Açu: Technip, NOV, Intermoor, Wartsilla, OSX e Eneva. A receita líquida caiu 18,4% em relação aos R\$ 68,7 milhões registrados em 2012.

A fábrica da Technip no Terminal 2 do Açu (T2) deve começar em abril a primeira fase de produção comercial de tubos flexíveis usados em poços de petróleo. Breno Barcellos, superintendente de projetos da Technip Brasil, disse que a empresa escolheu o Açu em função da proximidade geográfica com a Bacia de Campos (RJ) e pela possibilidade de expandir a fábrica no futuro. Também pesou a existência de um canal no T2 com saída direta para o mar. O T2 tem áreas em terra para instalação de empresas e nasce com vocação para atender a indústria de petróleo. Esse canal, com 300 metros de largura, terá 6,5 quilômetros de extensão e 13 quilômetros de cais, mas ainda precisa ser sinalizado e ter a profundidade homologada pela Marinha para permitir a navegação de embarcações offshore.

Parente disse ao Valor que existem três áreas com potencial de geração de caixa para a empresa no Açu. Essas atividades representam uma fatia pequena em termos de aluguel de áreas, negócio que vem garantindo a receita da Prumo até agora. No total, o Açu está pensado como um complexo de 130 quilômetros quadrados, dos quais 40 quilômetros quadrados correspondem à uma reserva.

As três áreas com potencial de aumentar a geração de caixa da Prumo são: um terminal de transbordo de petróleo, um centro de reparo naval para plataformas que poderão ser ancoradas a 18 metros de profundidade e o desenvolvimento do negócio de energia via instalação de termelétricas no porto ou mediante um terminal de gás natural liquefeito (GNL).

O terminal de transbordo foi pensado para o Terminal 1 (T1) do Açu, onde até o fim do ano a Anglo American começará a embarcar minério de ferro, operação que vai garantir receita de US\$ 95 milhões por ano à Prumo. Mas no T1 a Prumo vai aproveitar o quebra-mar que protege o berço do minério para criar um píer para receber petroleiros que precisam fazer transbordo para barcos maiores. Esse terminal terá capacidade de se interligar a uma unidade de tratamento de petróleo com capacidade de 1,2 milhão de barris/dia.

Parente disse que há discussões entre a Prumo e operadores de petróleo interessados em dispor de áreas para fazer transbordo, mas ainda não há acordos e nem se chegou a uma fase de detalhar os projetos. Na área de energia, a prioridade é atrair um parque térmico. No mercado comenta-se que a Eneva, antiga MPX, poderia desistir dos dois projetos que tem no Açu, mas a empresa negou. Em nota, reiterou o interesse em desenvolver os projetos térmicos a carvão e a gás no Açu, tão logo as condições apresentadas para os leilões de energia sejam favoráveis. A empresa recorreu contra o indeferimento da renovação da licença de instalação do projeto a carvão. A Eneva confirmou que renegocia preços com a Prumo no contrato de aluguel de uma área no Açu. Hoje o porto

recebe energia elétrica de geradores a diesel, mas ainda este ano terá uma subestação ligada ao sistema elétrico nacional.

40-27/03/2014

Espírito Santo tem projeto de R\$ 4,5 bi Por **Carlos Vasconcellos** | **Para o Valor, do Rio**

Os portos públicos no Brasil estão estrangulados por falta de investimentos. A esperança de destravar esse gargalo está agora nas mãos do Tribunal de Contas da União. O Programa de Arrendamentos Portuários, que faz parte do Plano Nacional de Logística, só depende do TCU para dar continuidade ao processo de licitação do primeiro bloco de arrendamento, que inclui 29 áreas nos Portos de Santos e do Pará. Só no primeiro bloco, a expectativa do governo é de R\$ 5,7 bilhões em investimentos. Desse total, R\$ 1,7 bilhão seria realizado em Santos e o restante nos portos paraenses de Vila do Conde, Santarém, Belém, Miramar e Outeiro.

Segundo Clovis Lascosque, presidente da Companhia Docas do Espírito Santo, a expectativa dos investidores é grande. "A procura é muito grande e o negócio é rentável. Tem empresas brigando até por áreas de 7 mil m² para construir armazém no Porto de Vitória, mesmo com todas as restrições físicas que impedem a ampliação do porto", diz.

O leilão do primeiro bloco de arrendamento deveria ter acontecido no ano passado. Mas os investidores tiveram de segurar seu apetite. O Tribunal de Contas da União fez uma série de recomendações à Secretaria Especial de Portos para que o processo de licitação fosse aprovado e travou o processo. Segundo o ministro Antonio Henrique Silveira, a Secretaria Especial de Portos pediu o reexame de quatro das 19 recomendações do TCU. Um estudo incorporando as demais recomendações foi entregue ao tribunal em janeiro.

A expectativa da Secretaria de Portos é de que o TCU libere o processo até o fim deste mês para que o edital da licitação do Bloco 1 seja finalmente lançado em abril e o leilão realizado finalmente um mês depois.

Enquanto isso, para evitar questionamentos futuros, a SEP vem incorporando as recomendações do tribunal ao processo de arrendamento do Bloco 2, que inclui São Sebastião, Salvador, Aratu e Paranaguá. O objetivo é reabrir as consultas públicas para o segundo bloco em abril e tentar realizar o leilão ainda no primeiro semestre.

O cronograma do Bloco 3 (demais portos do Nordeste e o Porto de Santana, no Amapá) e Bloco 4 (demais portos da região Sul, Sudeste e o Porto de Manaus) dependerá do andamento dos primeiros blocos junto ao TCU.

Wilen Manteli, presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, espera que o processo de arrendamento de novas áreas seja liberado o mais rápido possível.

Segundo Manteli a construção de novos terminais a partir do zero leva de sete a oito anos, e o país "não pode esperar isso tudo", diz.

Um desses projetos greenfield é o porto de águas profundas do Espírito Santo, um projeto da Companhia Docas do Espírito Santo. O novo terminal, em fase de estudos, seria fundamental para desafogar o sistema portuário do Estado, com uma capacidade adicional de 100 milhões de toneladas por ano. "Hoje, navios médios já não conseguem entrar no Porto de Vitória", diz Lascosque.

O projeto ainda aguarda o sinal verde da SEP. O modelo de exploração ainda não foi definido, mas Lascosque antecipa que dificilmente o novo terminal será um porto 100% público. "Isso engessa demais a atividade portuária", justifica.

O estudo do porto de águas profundas prevê investimentos de R\$ 4,5 bilhões para a construção do novo terminal. "Se conseguirmos aprovar o projeto até o começo do ano que vem, a expectativa é de que a primeira fase esteja concluída em 2017 e o porto esteja 100% operacional até 2024", avalia Lascosque. Com isso, será possível direcionar cargas menores para Vitória e explorar mais o potencial do porto para o apoio à exploração offshore de petróleo.

O Porto de Suape, em Pernambuco, também espera o sinal verde para licitar novos terminais. As áreas a serem licitadas estão no Bloco 3 do Programa de Arrendamento. A prioridade para o complexo portuário pernambucano é a licitação de um segundo terminal de contêineres, investimento de R\$ 900 milhões, que deveria ter sido licitado em 2012 e está na geladeira por questões regulatórias. Desse total, R\$ 760 milhões viriam de investimentos privados.

"Esse terminal permitiria receber cargas da Ásia que chegarão ao Atlântico pelo Canal do Panamá, assim que as obras do canal forem concluídas", explica Caio Ramos, vice-presidente do Complexo Industrial do Porto de Suape. "Estamos em uma posição privilegiada para nos tornar um importante hub port nessa rota, com mais de 570 mil m² de área alfandegada, com possibilidade de fazer também o transbordo e a cabotagem dessa carga para distribuição no Norte e Nordeste."

Outro projeto importante para a ampliação de Suape é o terminal de granéis sólidos de Cocaia, um projeto de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 900 milhões deverão vir do setor privado. "Esse terminal é muito importante para escoar a futura produção de coque da Refinaria de Abreu Lima e para receber, pela Transnordestina, a produção de minério de ferro da jazida de Paulistana, no Piauí", explica Ramos.

A construção do terminal também ajudaria a viabilizar a cadeia de produção de gesso no município pernambucano de Araripe. "O modal rodoviário eleva o custo e inviabiliza a produção. Com o Terminal de Cocaia podemos transformar a cidade num polo exportador."

Além da exportação, o terminal de granéis sólidos também seria uma porta de entrada importante para o mercado nordestino. "Cocaia vai receber cargas de clínquer e escória de cimento. O próprio polo de Suape tem um polo cimenteiro para processar essa carga", diz Ramos. A perspectiva é boa. "Há muita demanda da construção civil no Nordeste, e em 2012 chegou a faltar cimento no mercado."

Na fila de projetos de Suape também está a ampliação do terminal de veículos, que vai abrigar exportações e distribuição de modelos da Fiat, e o projeto de um terminal siderúrgico.

Neste último, o grupo sul-coreano Posco estará associado à siderúrgica pernambucana Cone, do Grupo Moura Dubeux, para construir uma laminadora de aço com capacidade para 1 milhão de toneladas anuais, num investimento estimado em US\$ 860 milhões. "O projeto vai alavancar a indústria metal-mecânica e a cabotagem no Estado", conclui Ramos.

41-27/03/2014

Gargalo deve diminuir para minério de ferro

Por **Paulo Vasconcellos | Do Rio**

Dois novos sistemas portuários entram em operação ainda este ano para aliviar o gargalo de infraestrutura do país. O Porto Sudeste do Brasil, em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que recebeu investimentos de R\$ 4 bilhões e terá capacidade inicial de embarque de sete milhões de toneladas de minério de ferro este ano, com estimativa de chegar a 50 milhões de toneladas em 2016, e o Porto de Itaguaí, no mesmo município, que depois de obras de ampliação aumentou em 50% - de 30 milhões de toneladas para 45 milhões de toneladas - a capacidade para atender o aumento das exportações de minério de ferro.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) previa investir US\$ 2 bilhões no Porto de Itaguaí. O projeto de ampliação da plataforma logística envolveu a expansão do SepetibaTecon (Terminal de Contêineres) e do Tecar (Terminal de Carvão), além da criação de um Centro de Apoio Logístico e de um Porto Privativo batizado de Lago da Pedra. Além de novos píeres, as obras previam uma retroárea com um pátio de estocagem de 1,2 milhão de m², para abrigar minério de ferro, carvão, contêineres e carga geral, além de uma área de apoio.

O Porto Sudeste do Brasil é desde fevereiro controlado pela Impala, subsidiária do grupo holandês Trafigura, e o fundo árabe Mubadala com 65% de participação no empreendimento, e a MMX, do empresário Eike Batista, que ficou com 35% e terá direito a indicar um nome para o conselho de administração da PortCo, empresa que administrará o porto.

Há dois contratos já firmados, com a MMX e com a mineradora da Usiminas para escoamento de 19 milhões de toneladas de minério por ano. No radar do novo consórcio estão novos clientes como Ferrous e Gerdau, que têm minas na região de Serra Azul

(MG), onde ficam as minas da MMX e da Usiminas. O porto pretende ser um canal para escoamento do minério das empresas dessa região, que hoje são reféns de Vale e CSN, as duas únicas empresas que têm terminal de minério de ferro no Estado do Rio.

O minério de ferro que chegará de Minas será alocado em dois pátios que, juntos, terão capacidade para estocar 5 milhões de toneladas do produto. Para fazer a ligação entre a estrutura offshore e os pátios de estocagem, o Porto Sudeste do Brasil conta com um túnel de 1,8 km de extensão, já concluído. Trata-se de uma estrutura inédita em portos de minério de ferro no Brasil. Além disso, o túnel é uma solução logística que evitará o trânsito de caminhões pelas estradas da região, garantindo mais segurança para a companhia e para as comunidades do entorno. A estrutura offshore terá dois berços para movimentação de navios e profundidade de 20 metros, o que possibilita o recebimento de navios de grande calado.

Os US\$ 400 milhões desembolsados pelo consórcio serão usados para terminar as obras do porto. A construção do empreendimento começou em julho de 2010 e está 75% pronta. Dois mil operários trabalham diretamente na obra, que gerou mil empregos indiretos e, em operação, empregar mais 400 pessoas. Além da injeção de capital, o consórcio está assumindo uma dívida bancária da MMX de US\$ 1,3 bilhão. "Nosso investimento no porto irá proporcionar aos produtores de minério de ferro do Brasil acesso à plataforma global de infraestrutura e logística da Impala, incluindo a capacidade de comercializar os seus recursos fora do Brasil", diz Mariano Marcondes Ferraz, do Conselho do Consórcio Porto Sudeste.

42-27/03/2014

Empresas apresentam projetos voltados para a mineração no Estado Agência Pará de Notícias

O governador Simão Jatene recebeu em audiência, nesta quarta-feira, 26, o secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, David Leal, acompanhado dos empresários Marcos André Gonçalves, presidente da Codelco do Brasil Mineração, e Luis Maurício Azevedo, diretor da Avanco, ambas empresas de exploração de cobre.

Os empresários apresentaram ao governador os projetos que as empresas estão desenvolvendo no Pará e as perspectivas de projetos futuros no Estado. A Codelco trabalha com a exploração de cobre há 12 anos no Brasil. Segundo Marcos Gonçalves, a empresa já atuou nos Estados de Rondônia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. "Atualmente somos 100% Pará", frisou ao falar sobre a exploração de cobre no município de São Félix do Xingu, região sudeste do Estado, onde a Codelco atua há três anos.

A Avanco, por sua vez, está presente em Parauapebas, no sul do Pará, há quatro anos. No município, a empresa desenvolve o projeto Rio Verde, responsável pela produção de 12 mil toneladas de cobre ao ano. "Viemos apresentar ao governador esses projetos e também falar sobre a perspectiva de desenvolver novos projetos para o cobre no Pará, levando em consideração a verticalização da produção", explicou Luis Azevedo.

Segundo os empresários, a escolha pelo Pará para desenvolver projetos se deu não somente pelo potencial mineral do Estado, mas também pelo perfil do governo de Simão Jatene. "O governador tem uma característica muito importante para quem quer investir no Pará. A gestão dele é voltada para dar soluções aos problemas de infraestrutura, logística e energia. Isso é muito atrativo, além de ele ser um governante que mantém um diálogo com empresas de pequeno e médio porte", avaliou o diretor da Avanco. Além de Parauapebas, a Avanco está presente em Itaituba, Floresta do Araguaia, Cachoeira do Piriá e Bannach.

Ao agradecer a visita dos empresários, o governador disse que o Governo do Estado não pode deixar de oferecer alternativas, em escalas distintas, às empresas de exploração mineral. "O Pará tem espaço suficiente para essa diversidade de empresas. As grandes sempre vão estar presentes, mas não podemos deixar de dar atenção aos pequenos. Eu gosto da ideia de que o Estado pode funcionar como um mediador para incentivar esse mix de empresas", ressaltou.

Simão Jatene afirmou aos empresários que a preocupação do Governo é, principalmente, com o impacto da presença dessas empresas nos locais em que elas se instalam. "O impacto sobre a vida local é o que move nossa preocupação", enfatizou, ao lembrar de vários projetos que foram implantados no Estado e suas consequências, nem sempre positivas, para a população local.

43-27/03/2014

Seicom tem novo comando

Agência Pará de Notícias

A economista e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA) Maria Amélia Enriquez, foi nomeada pelo governador Simão Jatene para ser a titular da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom). Atualmente, Amélia está licenciada de suas funções acadêmicas por exigência da legislação, já que desempenha função pública de Estado na própria Seicom.

O decreto governamental da nomeação foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), da Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOE), nesta quarta-feira, 26. Maria Amélia Enriquez vinha exercendo o cargo de secretária adjunta da Seicom, desde a recriação do órgão pelo governador Simão Jatene, em 23 de novembro 2011, por meio da Lei N. 7.570.

Amélia passou a exercer o lugar do secretário David Leal, também nomeado pelo governador Simão Jatene, no mesmo Diário Oficial do Estado, para o cargo de secretário Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (Sedip), em substituição a Sidney Rosa, que reassumiu a vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Na Seicom, a nova titular coordenou vários projetos, sendo um deles o Plano de Mineração do Estado do Pará, que será lançado oficialmente no próximo dia 9 de abril, às 19h no Espaço São José Liberto, na Praça Amazonas. O plano de mineração do Estado é o primeiro a ser elaborado no País, depois da edição do documento do Governo Federal, e traça um perfil do setor mineral do Pará, sugere políticas públicas,

fatores plenos de governança, entre outros objetivos, e ainda tem foco no conhecimento de nossas potencialidades e oportunidades minerais voltados à melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais.

O documento assegurou a participação de segmentos, direta e indiretamente envolvidos com o cenário de mineração no Estado, com a realização de treze oficinas temáticas, na capital e principais cidades minerárias, e discussões que remeteram às contribuições de empresas, setor público, lideranças políticas, sindicais e organizações da cadeia econômica.

44-27/03/2014

Brasil discute uso de minerais para alta tecnologia, tema em House of Cards

Maurício Tuffani

Editor do Universidade Ciência e Ambiente para o UOL

Um tema abordado na série "House of Cards" tem rondado discussões em nosso Congresso Nacional sobre a proposta do governo de um novo Código de Mineração. São as terras-raras, um grupo de 17 minerais que a maioria das pessoas não conhece ou nem se lembra deles entre os elementos da tabela periódica.

Nesta terça-feira eles viraram notícia com a derrota da China em um processo na OMC (Organização Mundial do Comércio) contra as elevadas taxas de exportação cobradas sobre eles por esse país.

Na segunda temporada da série, esses elementos químicos foram ingredientes das manobras políticas secretas e ilegais do vice-presidente Frank Underwood, representado por Kevin Spacey. E aqui, no Brasil, o Congresso discute a possibilidade de assegurar políticas para o país recuperar a cadeia produtiva perdida desses materiais considerados estratégicos e usados em computadores, smartphones e outros equipamentos de alta tecnologia.

Negócio da China

No quinto episódio da segunda temporada de "House of Cards", o corrupto Frank Underwood negocia secretamente com um empresário chinês, proprietário de uma refinaria de terras-raras, condições especiais de fornecimento do mineral samário para ser usado como moderador de reações nucleares em usinas de um magnata da produção de energia nos Estados Unidos.

As terras-raras compreendem, além do samário, outros 16 elementos químicos que, embora não sejam raros na natureza, são de difícil separação de outras substâncias. Grande parte deles tem aplicação em equipamentos de informática e em outras aplicações de alta tecnologia. Muitas indústrias instalaram filiais na China para evitar as taxas de exportações sobre as terras-raras cobradas por esse país, que detêm a parcela de 55% da produção mundial desses materiais, como mostra gráfico da Agência Câmara de Notícias.

Código de Mineração

Desde o ano passado cresceu a preocupação com as terras-raras no Congresso a partir do momento em que o governo enviou à Câmara dos Deputados o projeto de lei 5.807, de 2013, que propõe um novo texto para o Código de Mineração, que foi baixado em 1967 por decreto-lei. Hoje, por exemplo, exatamente quando a OMC anunciou sua decisão contrária às taxas chinesas para exportação desses minerais, acontece uma reunião sobre o assunto no Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara.

Em 2011, a alta dos preços dos terras-raras provocada pela política chinesa de restrição às exportações levou vários países a questionar o governo de Pequim na OMC. A justificativa chinesa para a restrição às exportações desses materiais se baseou em argumentos de preservação ambiental. Por outro lado, como bem destacou o estudo "Terras-raras: elementos estratégicos para o Brasil", do consultor legislativo Paulo César Ribeiro Lima:

"(...) as políticas chinesas dão às firmas domésticas que usam os terras-raras como matérias primas em seu processo produtivo uma vantagem competitiva, na medida em que restringem a oferta mundial dessas matérias-primas e provocam o aumento de seus preços."

Pioneirismo perdido

A partir de 1956, com o crescimento das aplicações da energia nuclear, o Brasil passou a se concentrar na produção de outros minerais como urânio e tório, abandonando o foco em sua atuação pioneira desde 1946 tanto na separação de terras-raras de outros minerais como também na produção industrial desses elementos, conforme declarou Alair Veras, engenheiro químico das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em uma das 21 audiências com especialistas promovidas no ano passado no Senado para discutir especificamente sobre esses materiais.

A partir de 1915, com a exploração de areia da faixa do litoral do norte do Rio de Janeiro ao sul da Bahia, o Brasil, em alternância com a Índia, se tornou o maior fornecedor mundial de monazita, mineral que contém terras-raras, que eram utilizadas

em pedras de isqueiro, baterias recarregáveis, polimento de vidros e metalurgia, como destacou a revista "Em Discussão", publicada pelo Congresso, em sua edição de setembro de 2013.

Riscos para o ambiente

Mas também houve iniciativas de debates sobre outros aspectos da exploração desses minerais. Foi o caso do requerimento de julho de 2013 do deputado Augusto Carvalho (SDD-DF) para realização de audiência pública para discutir os impactos ambientais da extração de terras-raras, que acabou sendo arquivado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 4 de fevereiro deste ano.

Embora não sejam elementos radiativos, as terras-raras envolvem aplicações industriais com substâncias emissoras de radiação. Seus processos de extração e de produção industrial trouxeram grandes danos ambientais à China, onde empresas estatais desativaram suas refinarias e as reconstruíram em um enorme complexo de mineração no deserto de Gobi, onde se extrai cerca de metade desses minerais no mundo, como destacou o "New York Times" em novembro do ano passado.

Oportunidade

Em 2012, prevendo grandes chances para a decisão favorável aos reclamantes que hoje se concretizou, o consultor legislativo Paulo César Ribeiro Lima já havia afirmado em seu estudo acima citado que esse desdobramento poderia trazer oportunidades comerciais significativas para o país. No ano passado, com projeto do novo Código de Mineração já enviado ao Legislativo, Lima propôs, para o produtor poder investir em novas tecnologias, que os royalties da mineração não sejam cobrados sobre a exploração de elementos estratégicos, como os terras-raras.

Em janeiro deste ano, o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do substitutivo do projeto do novo Código de Mineração, afirmou que pretendia encerrar até este mês as negociações com o governo em torno de centenas de propostas ao texto, entre elas 372 emendas de deputados e outras 300 sugestões apresentadas em 40 audiências públicas em diferentes cidades do país. Em relação à chamada Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que funciona como os royalties da mineração, ele afirmou à Agência Câmara de Notícias:

"Parte do governo entende que isso deve ser feito por meio de decreto, e o setor mineral e os parlamentares, por unanimidade, entendem que nós temos a obrigação de colocar na lei as alíquotas a serem pagas."

Se o governo e os congressistas pretenderem entrar no mercado das terras-raras, é bom não se esquecerem não só da concorrência a ser enfrentada com os chineses, mas também da máxima de Frank Underwood que esse país do Extremo Oriente parece ter compreendido muito bem:

"Para aqueles que estão no topo da cadeia alimentar, não há misericórdia. Existe apenas uma regra: cace ou seja caçado."

(Maurício Tuffani é editor do blog Universidade, Ciência e Ambiente. Jornalista desde 1978, especializado em ciência, educação e meio ambiente, foi repórter e editor de ciência na Folha de S.Paulo, redator-chefe e editor-chefe na revista Galileu (Editora Globo), fundador e diretor editorial da revista Unesp Ciência e, a serviço do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi editor-executivo do portal PNUD Brasil e do site Nações Unidas no Brasil)

45-27/03/2014

Restrições chinesas ao acesso a matérias-primas — mais uma vez a OMC pronuncia-se a favor da UE

A Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou hoje uma decisão do painel sobre as restrições chinesas à exportação de terras raras, bem como de dois metais, tungstênio e molibdênio, utilizados como componentes essenciais numa vasta gama de indústrias europeias. Em conformidade com a anterior decisão sobre outras matérias-primas, a OMC declarou que os direitos e contingentes de exportação impostos pela China constituíam uma violação dos compromissos assumidos no âmbito da OMC e não se justificavam por razões de proteção do ambiente ou de política de conservação. A presente decisão do painel da OMC apoia as alegações da UE e das outras partes requerentes, os EUA e o Japão. O veredito é claro: não se podem impor restrições à exportação para supostamente conservar recursos naturais não renováveis, se a nível nacional a utilização das mesmas matérias-primas não é limitada pelos mesmos motivos.

Nem as partes requerentes nem o painel contestam o direito da China de instituir políticas de conservação e de proteção do ambiente. Contudo, como o painel da OMC veio inequivocamente confirmar, o direito soberano de um país sobre os seus recursos naturais não lhe permite controlar os mercados internacionais ou a distribuição mundial das matérias-primas. Os membros da OMC podem decidir sobre o nível ou o ritmo de utilização dos seus recursos, mas, uma vez as matérias-primas extraídas, estão sujeitas às regras comerciais da OMC. O país de extração não pode vender as suas matérias-primas unicamente às indústrias nacionais, pois desse modo vai dar a essas indústrias uma vantagem competitiva em relação às empresas estrangeiras.

Esta decisão garante o acesso não discriminatório às matérias-primas. A UE está convicta de que irá beneficiar todos os membros da OMC, uma vez que todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento – dependem uns dos outros quando se trata de matérias-primas e de cadeias de produção globais.

Contexto

As matérias-primas relevantes no presente caso são várias terras raras, bem como o tungsténio e o molibdénio. Têm uma ampla gama de utilizações em produtos de alta tecnologia e nos designados «produtos verdes», nas indústrias de fabrico de automóveis, maquinaria, produtos químicos, siderurgia e metais não ferrosos.

Essencialmente, as restrições à exportação impostas pela China assumem a forma de direitos ou contingentes de exportação, bem como requisitos e procedimentos adicionais para os exportadores. Criam desvantagens graves para as indústrias estrangeiras, aumentando artificialmente os preços de exportação da China e os preços no mercado mundial. Essas restrições também baixam artificialmente os preços internos das matérias-primas chinesas, na medida em que aumentam as fontes de aprovisionamento internas. Esta situação confere às indústrias locais chinesas uma vantagem concorrencial e pressiona os produtores estrangeiros a transferirem as suas operações e tecnologias para a China.

A UE, os EUA e o Japão, em conjunto, deram início a um processo de resolução de litígios na OMC, em março de 2012. Não se conseguiu alcançar uma solução de comum acordo nas consultas iniciais com a China, pelo que a OMC decidiu instituir um painel, em junho de 2012. Todas as partes dispõem agora de 60 dias para recorrer do relatório do painel.

Fonte: European Commission

46-27/03/2014

EMPRESA BUSCA AUMENTAR CONHECIMENTO DE ÁREAS COM POTENCIAL MINERAL

Serviço Geológico do Brasil bate recorde de produção de mapas para fomentar pesquisa de bens minerais na região amazônica

Em 2013, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) disponibilizou 56 novos mapas de cartografia geológica. Esses são os primeiros resultados da estratégia da empresa para alavancar o conhecimento de áreas com potencial mineral no país, em especial, na região amazônica. As folhas mapeadas perfazem 298.500 km², que correspondem a 3,51% do território brasileiro. A iniciativa visa agilizar a disponibilização de informações geológicas necessárias para fomentar a pesquisa de bens minerais, essenciais para o desenvolvimento do país.

“Os resultados mostram que produzimos mais mapas geológicos em menos tempo, usando como estratégia a geração de dois produtos cartográficos durante a execução dos projetos de mapeamentos geológicos tradicionais, nas escalas 1:100.000 e 1:250.000”, diz Roberto Ventura, diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM. Ele explica que ao fim do primeiro ano de execução de cada projeto é disponibilizado um mapa preliminar em formato PDF, factual e descritivo e com enfoque litoestratigráfico, contendo todos os dados de campo acrescidos de análises petrográficas.

“No segundo ano, é apresentado o mapa final, essencialmente interpretativo, com o suporte de análises litogeoquímicas e geocronológicas, com delimitação e detalhamento de áreas mais potenciais para conter mineralizações. Este mapa será acompanhado de nota explicativa e dos bancos de dados preenchidos”, informa Ventura, destacando que

a chegada de novos geólogos na empresa, contratados recentemente por meio de concurso público vai ajudar a ampliar ainda mais, os trabalhos de mapeamento geológico desenvolvidos pela CPRM.

Segundo Reginaldo Alves dos Santos, Chefe do Departamento de Geologia (Degeo), em 2013 a CPRM produziu 45 mapas geológicos na escala de 1:100.000, sendo 6 em parceria com Universidades, além de 2 mapas na escala 1:50.000. Na escala 1:250.000 foram concluídos 9 mapas. Os mapeamentos foram realizados nos estados do Piauí, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rondônia, Santa Catarina, Pará, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mapas de integração Geofísica/Geológica

Nos últimos dez anos, a CPRM realizou um ambicioso programa de levantamentos geofísicos em todo território brasileiro. Hoje, mais de 90% do embasamento cristalino já está coberto por levantamentos aerogeofísicos (magnetometria e gamaespectrometria), o que levou a CPRM implementar uma nova estratégia para agregar valor a esses levantamentos e agilizar a cartografia geológica do Brasil. Essa estratégia visa a da produção intensiva de Mapas de Integração Geofísica-Geológica, na escala 1:250.000, com prioridade na região amazônica.

Estes produtos, a serem concluídos e disponibilizados no máximo de prazo de 1 ano, visam agregar valor aos levantamentos aerogeofísicos de alta resolução realizados pela CPRM, através da integração da interpretação dos produtos da aerogeofísica com os dados de cartografia geológica histórica e de interpretação das diversas imagens de sensores remotos existentes. As áreas anômalas identificadas serão checadas no campo. Estes mapas servirão também para a seleção de áreas para novos projetos de cartografia geológica, priorizando-se sempre os ambientes geológicos favoráveis a mineralizações, como por exemplo, áreas de relevante interesse mineral. Em 2013 foram finalizados 15 mapas na escala 1:250.000, nos estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

]

Capacitação

Para garantir a qualidade dos mapas geológicos, a CPRM reativou o Centro Integrado de Estudos Geológicos (CIEG) de Morro do Chapéu, na Bahia. O objetivo é reciclar e capacitar os geólogos envolvidos em projetos de cartografia geológica. No CIEG são ministrados cursos práticos, focados principalmente na correta obtenção e interpretação dos produtos da aerogeofísica e dos diversos sensores remotos, e nos procedimentos de reconhecimento, descrição e interpretação dos dados de afloramentos e sua representação cartográfica. As atividades de campo são desenvolvidas na Chapada Diamantina e na Faixa Sergipana. Nos últimos dois anos, 65 geólogos de todas as unidades regionais passaram pelo CIEG. A previsão é que estes cursos continuem em 2014 e sejam estendidos aos novos profissionais contratados pela empresa.

Fonte: Serviço Geológico do Brasil

64

47-28/03/2014

MMX e MRS podem ir a tribunal arbitral

Por **Francisco Góes** | **Do Rio**

A MMX, mineradora de Eike Batista, e a concessionária MRS Logística poderão ter de resolver em um tribunal arbitral a discussão na qual estão envolvidas, desde o ano passado, sobre um contrato firme de transporte de minério de ferro. A MRS tenta cobrar uma multa da MMX por descumprimento do contrato, que tem cláusula de "takeorpay" (obrigação de compra de serviço). A multa poderia chegar a R\$ 1 bilhão, conforme noticiado pelo **Valor** no ano passado.

Ontem, em teleconferência com analistas para comentar os resultados da empresa em 2013, o presidente da MMX, Carlos Gonzalez, mencionou o assunto, dizendo que há iniciativas dos dois lados para levar o tema à arbitragem. Ele mostrou-se otimista, porém, que ainda pode ser alcançado um acordo amigável entre as partes: "Existem iniciativas nossa e da MRS sobre um acordo comercial. Acreditamos que podemos chegar a esse acordo sem ir a fundo na questão da arbitragem", disse Gonzalez.

O valor apurou que a MRS se movimenta para constituir um painel arbitral na Fundação Getúlio Vargas (FGV). A empresa tenta fazer valer o que está escrito no contrato cobrando da MMX os volumes de transporte de minério de ferro acertados entre as partes em 2011 e que não foram movimentados, em grande parte, em função da crise no grupo de Batista, que afetou em cheio a MMX. Procurada, a MRS não se pronunciou.

Segundo fontes que conhecem o assunto, a MMX também está se precavendo. A empresa pediu a intervenção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para garantir que no processo arbitral se preserve o seu direito de passagem na ferrovia da MRS. Toda essa discussão ocorre em momento em que Batista tenta achar compradores para a MMX depois ter conseguido vender, no ano passado, o principal ativo da empresa: o porto Sudeste, em Itaguaí, no Rio.

Ontem, na teleconferência, Gonzalez foi questionado sobre como os potenciais compradores da MMX, nacionais e estrangeiros, estão vendo a pendência relacionada ao "takeorpay" com a MRS. Gonzalez disse que o investidor enxerga o tema como um problema viável de ser resolvido. Há, no mercado, quem aposte que a arbitragem pode ser resolvida em curto espaço de tempo. "A MRS precisa de volume, é uma concessionária pública, e a MMX precisa da MRS", disse Gonzalez aos analistas.

A MMX conta com a ferrovia para escoar a produção de do projeto de Serra Azul, em Minas Gerais, hoje com capacidade de 7 milhões de toneladas por ano. A empresa tem plano de expandir a produção para 15 milhões de toneladas anuais, projeto que exigirá US\$ 1,4 bilhão. "A expansão é para ter lastro para exportar", disse Gonzalez.

No ano passado, a MMX registrou prejuízo de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão referente a baixas contábeis ("impairments") dos projetos de Corumbá, Bom Sucesso e de parte de Serra Azul, cuja desenho foi reduzido. Também houve provisão de cerca de R\$ 45 milhões referente ao "takeorpay" com a MRS. Pelo acordo entre MMX Sudeste Mineração, subsidiária da MMX, e a MRS, em dezembro de 2011, a prestação de

serviço ferroviário fixava transporte de 36 milhões de toneladas de minério de ferro por ano das minas da MMX em Serra Azul até o porto Sudeste, em Itaguaí. O volume seria alcançado em 2016.

48-28/03/2014

Confiança e investimento

Por Caio Megale

Os resultados do PIB de 2013 revelaram que o investimento cresceu 6,3%, o melhor desempenho entre os componentes da demanda agregada. Em face às claras restrições de oferta que vem limitando o crescimento do PIB nos últimos anos, esta é uma boa notícia, destacada pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em nota oficial. Mesmo com o resultado favorável, no entanto, o investimento ainda está em cerca de 18% do PIB, resultado semelhante ao registrado 10 anos atrás. No mesmo período, outros países da América Latina que investiam relativamente pouco, como Colômbia e Peru, conseguiram aumentar sua taxa de investimento em quase 10 pontos percentuais.

Seremos capazes de repetir em 2014 o bom desempenho do investimento do ano passado? Provavelmente não. Primeiro, porque parte da aceleração do investimento em 2013 foi resultado de impulsos temporários, como as condições favoráveis do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, que já foram parcialmente revertidas. Segundo, uma série de fatores conjunturais tem pesado este ano sobre a confiança dos empresários, como revelam as sondagens empresariais da FGV e da CNI. Historicamente, os índices construídos a partir destas sondagens têm se mostrado bons indicadores antecedentes do investimento.

O que tem freado a confiança? Do lado internacional, o cenário segue complexo. A tendência de aumento de juros nos EUA piora as condições de liquidez global, o que dificulta o financiamento de nosso déficit em conta corrente. O crescimento na China começou o ano mais fraco, causando queda nos preços de algumas commodities importantes para o Brasil, como o minério de ferro. O impasse na Crimeia adiciona riscos ao cenário. Neste ambiente, a taxa de câmbio tende a continuar volátil, dificultando a previsibilidade em muitos setores da economia.

Estudo mostra que, em geral, o investimento cai durante o ano da eleição e se recupera no ano seguinte

Domesticamente, a economia deve sentir mais claramente os efeitos do ciclo de aperto monetário iniciado pelo Banco Central no ano passado que, nas palavras do Copom, "tem efeitos defasados e cumulativos". A política fiscal também pode ser mais apertada, a julgar pela meta anunciada pelo governo em fevereiro. A postura mais conservadora das políticas econômicas contribui para acomodar o crescimento e a confiança no curto prazo, mas é importante para equacionar as pressões de inflação e manter a estabilidade

da dívida pública, condições fundamentais para a confiança de longo prazo na economia.

Adicionalmente, há desbalanceamento em setores como energia elétrica, combustíveis e transporte público, o que gera incerteza sobre os preços futuros desses importantes insumos de produção. A falta de mão-de-obra que ainda se verifica em muitos setores da economia também afeta as condições do lado da produção.

Por fim, as eleições presidenciais podem contribuir para segurar o investimento, especialmente do setor privado. Um trabalho de Julio e Yook ("Politicaluncertaintyandcorporateinvestment", 2012) analisou eleições presidenciais em diversos países do mundo nos últimos anos e concluiu que, em geral, o investimento cai (frente a sua tendência histórica) durante o ano da eleição e se recupera no ano seguinte. O efeito é tanto maior quanto mais apertada for a corrida eleitoral.

Desta forma, o ambiente conjuntural indica que o investimento não deve repetir este ano o bom desempenho de 2013. No entanto, esses obstáculos de curto prazo, não significam que o Brasil deixou de ter boas oportunidades de investimento. Os fundamentos ainda tornam o país atraente para investimentos de longo prazo em diversos setores.

O país conta com um mercado consumidor amplo e diversificado, com espaço (especialmente longe dos grandes centros) ainda por ser explorado por empresas ligadas ao consumo e ao varejo. Os investimentos do programa de concessões de infraestrutura e no pré-sal vêm ganhando corpo, gerando oportunidades para setores como siderurgia, construção civil e transporte de carga. O setor agrícola, um dos mais modernos do mundo, ainda tem grande potencial de expansão para atender à crescente demanda global por grãos.

Além do mercado interno, o Brasil tem potencial de ganhar espaço também nos mercados mundiais. As exportações, ainda relativamente baixas como proporção do PIB - devem aumentar nos próximos anos, impulsionadas pela depreciação cambial, pela recuperação do crescimento nos países do G-7 e pelos efeitos da Copa do Mundo e Olimpíadas (ver Rose e Spiegel, "The OlympicEffect").

Um sinal de que o país continua atraindo os olhos do mundo é o influxo de investimento estrangeiro direto, que mostrou alguma acomodação, mas que se mantém significativo. Desta forma, com ajustes que consigam equacionar as incertezas de curto prazo e restabelecer a confiança dos agentes, os fatores mais estruturais voltarão a ser predominantes, abrindo espaço para uma nova aceleração do investimento. O avanço das reformas de Estado (especialmente a tributária), a melhoria da educação básica e o fortalecimento do mercado de capitais podem contribuir para o processo.

O investimento relativamente baixo nas últimas décadas vem limitando o crescimento potencial do Brasil. O quadro se tornou mais desafiador por fatores conjunturais

recentes. Neste ambiente, é importante persistir com políticas que restaurem a confiança e reacelerem o investimento. É a maneira mais segura de retomarmos o crescimento no país.

Caio Megale, mestre em economia pela PUC-RJ, é economista do Itau-Unibanco

49-28/03/2014

Curta

Minério recupera preço

O minério de ferro subiu 0,4% ontem, terceiro dia seguido de alta, e foi negociado a US\$ 112,3 por tonelada no mercado chinês. A commodity vem se recuperando após forte queda na primeira quinzena do mês. Dados fracos da economia chinesa e um movimento leve de consumo de volumes de minério e aço em estoque na China levaram a cotação à mínima em 18 meses no dia 10 (US\$ 104,7 a tonelada). Apesar da recuperação, o minério acumula quedas de 5% no mês e de 16% no ano. Analistas comentam que as "big four" - Vale, Rio Tinto, BHP e FortescueMetals - estão levando a oferta.

50-28/03/2014

IBRAM inaugura auditório em homenagem a ex-conselheiro Carlos Anísio Rocha Figureido

Por Marcelo Villela-Infomine

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br) inaugurou, na manhã desta quarta-feira (26) o auditório Carlos Anísio Rocha Figureido. Localizado na sede do Instituto, em Brasília, o local homenageia o Ex-Membro do Conselho Diretor, que faleceu em julho de 2013.

“Essa é uma singela homenagem, mas revestida de muita emoção. Eu e todos os companheiros da mineração devemos muito a nosso querido companheiro Carlos Anísio. Nada é mais importante nessa vida do que deixar uma marca. A marca que vamos deixar é a lembrança desse grande brasileiro, mineiro e, acima de tudo, grande apoiador e entusiasta da mineração brasileira”, lembrou o Diretor-Presidente do IBRAM, José Fernando Coura.

“Nossa missão é fazer com que nosso querido Carlos Anísio seja lembrado não só por seu carinho e por seu jeito singular de tratar as pessoas, mas, principalmente, por defender como ninguém o setor que ele tanto acreditava”, emociona-se. “Esse é um gesto simples, mas que, com certeza, ficará imortalizado”, completa.

O Deputado Federal Luiz Fernando Faria (PP/MG), aproveitou a oportunidade e falou em nome de todos os parlamentares presentes. “Para mim é uma honra falar sobre essa figura tão importante para a mineração e para a siderurgia. Esse é, sem dúvida, um momento de grande emoção, se considerarmos tudo o que Carlos Anísio fez pela

indústria nacional. Ele sempre defendeu com determinação os interesses do setor mineral”, pontua. “É uma honra participar da nomeação de uma sala que, sem dúvida, será palco de grandes decisões da história de nosso País”, elogia.

O Consultor do IBRAM e filho do homenageado, o advogado Fábio Figueiredo, agradeceu em nome da família. “O Coura era, talvez, a pessoa mais próxima do meu pai e sabe toda a trajetória dele, dedicando toda sua vida ao trabalho, à mineração e ao IBRAM”, contou. “Quero agradecer a cada um de vocês, amigos do meu pai, a homenagem e a oportunidade. É, sem dúvida, um momento muito especial”, finalizou.

O Senador José Agripino (DEM/RN), dividiu com os presentes um pouco de seu relacionamento com Carlos Anísio. “Para mim, Carlos Anísio foi muito mais do que um interlocutor do setor. Ele era meu amigo e um homem de bem, que lutava pelos interesses do País”. “Carlos Anísio sempre será uma grande referência, principalmente por seu jeito sempre suave, cordial, mas muito eficiente”, completou o Senador Armando Monteiro (PTB/PE).

Entre os presentes, a Diretoria Executiva do IBRAM, composta pelo Diretor de Assuntos Ambientais, Rinaldo Mancin, Diretor de Assuntos Minerários, Marcelo Tunes, Diretor de Relações Institucionais, Walter Alvarenga e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Ary Pedreira.

Também participaram os membros do Conselho Diretor Ricardo Vescovi de Aragão e Júlio Eustáquio Tizon, da Samarco Mineração, Luiz Eulálio Moraes Terra, da Embú S.A. Engenharia e Comércio, Hélcio Roberto Martins Guerra e José Margalith, da AnglogoldAshanti, Paulo Roberto CastellariPorchia e Ruben Marcus Fernandes, da Anglo American, Daniel Santos, da Companhia Siderúrgica Nacional, Marcos Rocha, da Gerdau Açominas Brasil, Antonio Carlos Saldanha Marinho, da Kinross Brasil Mineração, Edmundo Paes de Barros Mercer, da Minerações Brasileiras Reunidas, Andreia Sousa Magalhães Reis e Stella Silva Cabreira, da Mineração Paragominas, Silvano de Souza Andrade, da Mineração Rio Do Norte, Clóvis Torres Júnior, da Vale S.A., Ricardo Rodrigues dos Santos e Guilherme Simões, da Votorantim.

O Presidente do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (Simineral), José Fernando Gomes, Fernando Kusnch, da Samarco Mineração, João Santos e Ricardo Castilho, da Vale e Marcelo Moraes, da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIAPE) também marcaram presença no evento.

Entre os que acompanharam a homenagem estavam o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Carlos Nogueira da Costa Júnior; Deputado Federal Arnaldo Jardim (PPS/ SP); Deputado Federal Arthur de Oliveira Maia (SDD/BA); Deputado Federal Luiz Argôlo (SDD/BA); Deputado Federal Mário Negromonte (PP/BA); Deputado Federal Eduardo Sciarra (PSD/PR); Deputado Federal Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG); Deputado Federal Paulo Pereira da Silva (SDD/SP); o Deputado Federal Simão Sessim (PP/ RJ), Deputado Federal Marcos Montes (PSD/MG), Deputado Federal José Otávio Germano (PP/RS), Deputado Federal Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG), Deputado Federal Gabriel Guimarães (PT/MG) e o Deputado Estadual Gustavo Corrêa (DEM/MG), representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Fonte: Profissionais do Texto

51-28/03/2014

MMX Mineração com prejuízo de R\$353,1 milhões no 4T13, e R\$ 2 bilhões no ano

2014 segue com grandes desafios, mas também, com forte possibilidade de conquistas e realizações, aponta diretor-presidente de Relações com Investidores, Carlos Gonzalez.

Rio de Janeiro – A MMX Mineração e Metálicos S.A. (“Companhia” ou “MMX”) (Bovespa: MMXM3) anunciou seus resultados referentes ao ano de 2013, e a administração comentou os números apresentados: “o ano de 2013 foi dedicado ao início de um processo de reestruturação geral da MMX. Uma revisão completa e necessária da estrutura econômico-financeira bem como operacional da Companhia. Entre os objetivos e metas estabelecidos pela atual diretoria da Companhia, uma grande conquista foi a recente celebração de contrato definitivo da venda de 65% da MMX Porto Sudeste Ltda para o consórcio formado por Trafigura e Mubadala, através de suas respectivas subsidiárias. Com esta operação surge uma MMX praticamente livre de endividamento bancário, sócia em 35% de um grupo de investidores de primeira linha na participação no porto, agora denominado “Porto Sudeste do Brasil S.A”.

Diante das dificuldades financeiras que a Companhia atravessou ao longo do ano de 2013, foi necessário interromper e rever o projeto de expansão da Unidade Serra Azul. Por conta disso, uma série de medidas foram adotadas, sendo submetida e aprovada pelo Conselho de Administração da empresa a revisão do seu plano de negócios. Dentro do escopo dessas medidas está a busca de um novo parceiro estratégico que permita à Companhia seguir com seu projeto de expansão da Unidade Serra Azul, agora não mais orientado à produção de 29 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, e sim, 15 milhões de toneladas. Como consequência dessa tomada de decisão, a MMX reconheceu a perda correspondente ao valor recuperável dos ativos em Serra Azul no valor de R\$ 913 milhões, aproximadamente. Foram contratados assessores financeiros para avaliação de oportunidades de negócios, seja a venda de ações detidas pelo acionista controlador na Companhia, bem como de uma participação na unidade de mineração Serra Azul de forma isolada, tanto para investidores nacionais quanto estrangeiros. Esse processo encontra-se em andamento e esta diretoria espera concluí-lo o mais rapidamente possível, buscando formato que resulte no máximo de valor agregado para a empresa e seus acionistas.

Dentro da reestruturação geral da Companhia, mencionada anteriormente, a Unidade Corumbá e os investimentos no Chile também passaram por profunda revisão estratégica. Como conclusão desses estudos, a diretoria submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração a venda de ambos os ativos bem como o reconhecimento contábil de perda relativa à recuperação dos mesmos nos valores aproximados de R\$ 224 milhões para os investimentos no Chile e de R\$ 154 milhões para Unidade Corumbá. Ambos os movimentos impactaram negativamente as demonstrações financeiras e o resultado da Companhia, mas fazem parte de um processo maior de reorganização da MMX voltado para a criação de uma empresa mais enxuta e com uma estrutura patrimonial mais realista e saudável. A totalidade de ações da Unidade Chile

foi vendida para Inversiones Cooper Mining S.A. e o processo de venda da Unidade Corumbá encontra-se em fase adiantada.

Dessa forma, pode-se resumir o contexto das estratégias para grande parte dos ativos, tanto de minério de ferro, quanto de logística, pertencentes à Companhia. Paralelamente a isso, foram e continuam sendo adotadas medidas buscando a adequação dos custos fixos e despesas operacionais ao novo plano de negócios aprovados para MMX. Algumas dessas ações, como a redução do quadro de colaboradores, parada das operações em Corumbá e a paralisação das obras de expansão da Unidade Serra Azul, são iniciativas necessárias e inevitáveis para a obtenção de um modelo de Companhia mais eficiente operacionalmente além de financeiramente adequada, com foco na geração de caixa, lucro líquido e um crescimento orgânico sustentável. Cabe ainda mencionar que o impacto negativo no Ebitda da Companhia, decorrente do reconhecimento da provisão relativa a multa de “delivery orpay” no contrato firmado entre MMX Porto Sudeste do Brasil S.A. e Usiminas, não ocorrerá mais, visto que a contar de 2014 esta obrigação passa a ser de responsabilidade integral daquela empresa, assim como os efeitos das despesas financeiras inerentes ao Instrumento de Títulos de Remuneração Variável Baseada em Royalties – MMXM11.

“Para a MMX, 2013 fica marcado como o ano de sua reestruturação, onde todos os colaboradores se superaram no profissionalismo, acreditando na continuidade da Empresa, não mais vislumbrando grandes projetos, mas sim, uma Empresa operacional, enxuta e que precisa dar resultados positivos para sua sobrevivência. Contaminados pela crise do Grupo EBX, linhas de crédito já aprovadas foram suspensas, assim como renovações foram negadas, o que comprometeu seriamente a saúde financeira da Companhia. Diante desse cenário, fomos obrigados a ser rápidos na revisão de estratégias e na adoção de medidas, muitas vezes dolorosas, buscando a preservação do caixa e solvência financeira da Companhia. O desligamento de um número representativo de colaboradores, a venda de ativos e a paralisação da implementação do projeto de expansão da Unidade Serra Azul podem ser usados como exemplos de algumas dessas medidas. Estamos cientes de que importantes etapas já foram cumpridas, mas que ainda existem desafios que exigirão desse time a mesma capacidade de superação de 2013. Mas concluída a venda de 65% de participação no porto, livres de endividamento bancário e confiantes na qualidade dos ativos que preservamos, acreditamos que 2014 ainda será um ano de grandes desafios, mas também, com forte possibilidade de conquistas e realizações “, concluiu Carlos Gonzalez, diretor-presidente de Relações com Investidores.

.Destques de 2013 e eventos subsequentes: . Concluída a operação de investimento de Trafigura e Mubadalana Porto Sudeste do Brasil S.A. (anteriormente denominada MMX Porto Sudeste Ltda.) | .Aprovação pelo Conselho de Administração da revisão do plano de negócios |.Contratação de assessores financeiros para avaliação de oportunidades de negócios |.Revisão de valores e da estratégia para a Unidade Corumbá culminando com o reconhecimento de perdas relativas a realização dos ativos nesta Unidade, no valor de R\$ 153,8 milhões |.Assinatura de acordo para venda da totalidade de ações da Unidade

Chile junto a Inversiones Cooper Mining S.A |.Renovação dos contratos de arrendamento de direitos minerários com a Companhia de Mineração da Serra da Farofa ("CEFAR"), prorrogando os prazos de vigência de 2021 para 2034 |.Nova certificação de recursos minerais totalizando 3,6 bilhões de toneladas considerando a Unidade Serra Azul e as Minas Pau de Vinho e Bom Sucesso |.Conclusão do processo de aumento de capital da MMX no valor de R\$ 1,4 bilhão, através da subscrição privada de novas ações ordinárias |.Chegada das duas carregadeiras de navios no Superporto Sudeste, fabricadas na China.

Destaques Consolidados

	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Vendas - Minério de Ferro (mil t.)	1.406,7	2.143,6	1.901,6	+34%	-26%	6.647	6.899	-4%
Receita Líquida (R\$ milhões)	180,7	339,0	197,8	+47%	+9%	1.041,2	806,0	29%
Lucro Bruto (R\$ milhões)	96,4	231,3	91,4	-58%	5%	653,6	437,0	50%
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	(131,4)	(69,8)	(16,8)	88%	681%	(159,7)	48,6	-131%
Margem EBITDA Ajustada (%)	-72,7%	-20,6%	-8,5%	-52,1 p.p.	-64,2 p.p.	-15,3%	-6,0%	-21,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ milhões)	(353,1)	(1.207,2)	(348,7)	+71%	1%	(2.057,0)	(792,4)	160%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.791,0	2.693,9	2.683,4	-4%	-4%	2.791,0	2.683,4	-4%
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	1.398,0	1.755,9	2.440,2	-20%	+43%	1.398,0	2.440,2	+43%

Contexto Econômico, Cenário e Perspectivas para o Setor de Mineração-Os preços do minério de ferro mantiveram, ao longo de Outubro de 2013, a estabilidade apresentada desde Agosto graças à manutenção da alta produção siderúrgica chinesa e do aumento da demanda causado pelo processo de reestocagem que já vinha se mostrando acentuado desde o início do 3T 2013. A média de preço do minério com 62% Fe CFR China ficou em aproximadamente US\$ 132,50/dmt, exatamente em linha com a média do terceiro trimestre do ano. Neste período, a China produziu aproximadamente 65 milhões de toneladas de aço e importou 67,8 milhões de toneladas de minério, resultados 0,5% e 9,1% abaixo dos números de setembro, respectivamente. Apesar dos resultados aparentemente piores que os de setembro, o Brasil especificamente atingiu seu melhor desempenho na exportação de minério em 2013 totalizando 32,5 milhões de toneladas embarcadas.

O mês de novembro, por sua vez, teve início em meio à expectativa do mercado em relação à reunião do Comitê do Partido Comunista Chinês que daria mais transparência aos novos planos de urbanização do governo e definiria possíveis restrições à produção siderúrgica com o objetivo de conter o aumento da poluição nas principais cidades industriais chinesas. As restrições impostas, entretanto, afetaram menos de 1% da capacidade instalada de um mercado que já vinha apresentando certa capacidade ociosa. Desta forma, as margens das indústrias siderúrgicas estabilizaram-se e os estoques de minério de ferro mantiveram-se em patamares ideais, levemente abaixo dos níveis normais para essa época do ano. Essa estabilidade trouxe certo otimismo ao mercado que permitiu que os preços de Novembro subissem para patamares de US\$ 136 / dmt. O início da preparação dos estoques chineses fez com que as importações desse país atingissem novo recorde histórico de 77,8 milhões de toneladas mesmo com uma

produção siderúrgica 6,5% abaixo da de Outubro (60,9 milhões de toneladas). As exportações brasileiras também caíram para cerca de 31 milhões de toneladas.

As medidas estipuladas pelo governo para reduzir a poluição atmosférica começaram a tomar formas concretas em dezembro, quando já foi possível perceber uma queda na produção siderúrgica média diária na China, cujo resultado neste mês foi o pior de 2013 ficando próximo a 2 milhões de toneladas por dia. No início de Dezembro, o processo de reestocagem para o inverno ainda fortaleceu os preços que chegaram a US\$ 140/dmt, mas esse aumento teve vida curta e o minério voltou a ser negociado na faixa entre US\$ 130/dmt e US\$ 135/dmt pouco antes do Natal.

Perspectivas para o longo prazo -A produção siderúrgica mundial em 2013 cresceu, em relação ao ano anterior, 3,1% ou cerca de 46 milhões de toneladas totalizando aproximadamente 1,6 bilhão de toneladas de acordo com a World Steel Association. Previsivelmente, apenas a China produziu 775 milhões de toneladas, 9% ou 66 milhões de toneladas acima da produção de 2012, o que permite concluir que todo o crescimento da produção siderúrgica mundial no ano passado veio de lá. Os resultados de outras economias maduras como Europa, Estados Unidos, Coreia e Japão mantiveram-se relativamente estáveis, o que já se pode considerar como um bom resultado considerando as quedas dos anos anteriores. Nas economias emergentes, Índia e Oriente Médio apresentaram crescimentos acima de 5%, enquanto a produção caiu na Rússia, no Brasil e na Turquia. Considerando ainda que as últimas decisões do Governo Central Chinês não indicaram nenhuma restrição específica para o mercado de construção civil e reiteraram a criação de 32 aglomerações urbanas (hubs) ao longo dos próximos 15 a 20 anos, a expectativa é de que a demanda por aço e, conseqüentemente, por minério de ferro continue forte e o pico do consumo de aço na China só ocorra daqui a alguns anos.

Neste cenário torna-se cada vez mais importante ter produtos com alto teor de ferro, garantia de recursos e reservas minerais certificados e acesso de longo prazo à infraestrutura adequada para exportação, características presentes nos projetos em desenvolvimento na MMX.

Desempenho das Operações e Demonstrações Financeiras

Minério de Ferro

Produção

PRODUÇÃO (MIL TON.)	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Sudeste	1.137	1.449	1.574	-22%	-28%	5.428	5.909	-8%
Corumbá	-	-	92	0%	-100%	510	1.472	-65%
Total	1.137	1.449	1.666	+22%	+32%	5.938	7.381	-20%

Em 2013, a MMX produziu 5,9 milhões de toneladas de minério de ferro, volume 20% abaixo do reportado em 2012. O resultado foi influenciado pela menor produção de minério na unidade MMX Corumbá no primeiro semestre seguida de sua paralisação total no segundo semestre, gerando, para esta Unidade, um resultado anual 65% inferior ao ano anterior. Na MMX Sudeste a produção de 2013 foi 8% menor que a do ano anterior devido, principalmente, à baixa disponibilidade de minério bruto (“runof

mine”), adequações operacionais da planta de Tico-Tico e seu reposicionamento, liberando para 2014 novas frentes de lavra e processamento do minério.

No 4T13, a produção da MMX Corumbá permaneceu paralisada assim como no 3T13. Já na MMX Sudeste, a redução de 22% em relação ao 3T13 foi, basicamente, em função da realocação/repotenciamento, conforme mencionado anteriormente.

Vendas

VENDAS (MIL TON.)	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Sudeste	1.318	1.707	1.741	-23%	-24%	5.720	5.559	3%
MI	75%	61%	82%	-5%	-31%	55%	83%	-32%
ME	25%	39%	18%	-51%	-4%	45%	17%	169%
Corumbá	89	436	161	-80%	-45%	927	1.341	-31%
MI	10%	4%	24%	+48%	-77%	7%	23%	-80%
ME	90%	96%	76%	-81%	-35%	93%	77%	-16%
Total	1.407	2.144	1.902	-34%	-26%	6.647	6.899	-4%
MI	71%	49%	77%	-5%	-32%	48%	71%	-35%
ME	29%	51%	23%	-62%	-7%	52%	29%	74%

Em 2013, a MMX vendeu 6,6 milhões de toneladas de minério de ferro, volume 4% abaixo do reportado em 2012. No ano, as exportações representaram 52% das vendas, participação expressivamente superior ao reportado em 2012 onde 29% do material vendido foi destinado ao mercado externo.

Os principais fatores para a diminuição das vendas em relação a 2012 foram (i) na MMX Corumbá a venda foi menor por conta do desaquecimento do mercado local e o baixo calado da hidrovia e (ii) na MMX Sudeste, um menor volume de produção em função das restrições de lavra e adaptações da planta Tico Tico.

As exportações totalizaram 45% das vendas da MMX Sudeste e 93% da unidade Corumbá. No 4T13, as vendas da companhia totalizaram 1,4 milhão de toneladas, volume 34% abaixo do 3T13. Na MMX Corumbá a queda do calado na hidrovia impactou negativamente a continuidade dos embarques para a Siderar desde Outubro, acompanhado de um baixo desempenho de embarques para a Vetorial com apenas 7,5% do que havia sido programado. Na MMX Sudeste o volume de vendas para o mercado interno no 4T13 ficou em linha com o trimestre anterior, porém houve um recuo das exportações neste período, uma vez que a programação de embarques negociada com a Vale (CPBS) e a CSN (TECAR) considerou uma menor concentração no último trimestre do ano.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

CUSTO PRODUTO VENDIDO	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Consolidado	84.329	107.715	106.320	-22%	-21%	387.519	369.003	5%
R\$/T	59,95	50,25	55,91	19%	7%	58,30	53,48	9%

O custo do produto vendido da MMX em 2013 foi de R\$ 388 milhões, aumento de 5% em comparação com 2012. Em termos unitários, o CPV/ton foi R\$ 58,30/ton, 9% acima de 2012. O menor volume de vendas em 2013 frente a 2012 impactou negativamente a diluição dos custos fixos. Além disso, houve um aumento no recolhimento de CFEM e no pagamento de royalties Cefar em função de uma receita líquida 29% superior ao ano anterior. Em 2013 também ocorreu um maior recolhimento de TFRM, uma vez que esta

nova taxa entrou em vigor em Abril/2012 em Minas Gerais e em Janeiro/2013 no Mato Grosso do Sul.

O CPV divulgado pela Companhia no 4T13 foi de 84,3 milhões, 22% abaixo do custo do 3T13, basicamente por conta da redução do volume de vendas no período (-34%). Destaca-se no período a paralisação das operações em Corumbá e menor volume de exportação da Sudeste. Em termos unitários, o CPV/ton do 4T13 foi de R\$ 59,95, aumento de 19% em relação ao 3T13. Esse aumento foi em função, principalmente, de uma maior utilização de finos na alimentação da planta, gastos com realocação e adequações operacionais da planta da Tico-Tico e reajuste salarial em novembro da equipe de operações, retroativamente a agosto, além de um menor volume de produção no período com consequente menor diluição dos custos fixos.

Despesas Comerciais

R\$ MILHARES	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Despesas Comerciais	129.003	171.090	61.236	-25%	111%	518.668	247.059	110%
Sistema Corumbá	21.730	36.436	17.114	-40%	27%	97.827	98.148	0%
Sistema Sudeste	107.312	134.605	44.122	-20%	143%	420.881	148.911	183%

Em 2013, as despesas comerciais totalizaram R\$ 518,7 milhões, montante 110% superior a 2012. O principal fator que influenciou o aumento foi a mudança no mix de vendas por mercado, onde as exportações foram priorizadas representando 52% do total das vendas em 2013 contra 29% de participação em 2012. Este movimento ocasionou maior desembolso com frete ferroviário, terminais portuários e ferroviários, e frete marítimo, em função de venda spot na modalidade CFR (custo e frete).

As despesas comerciais no 4T13 somaram R\$ 129 milhões. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma redução de 25% nestes gastos em função da redução das vendas, e da menor proporção de exportações neste trimestre frente ao anterior (4T13: 29% versus 3T13: 51%).

Despesas Gerais e Administrativas ("G&A")

R\$ MILHARES	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
G&A Operações	41.527	31.166	27.124	33%	53%	123.809	77.420	60%
MMX Corumbá	2.651	2.270	3.838	17%	-31%	21.821	13.849	58%
MMX Sudeste	25.035	28.130	10.534	-11%	138%	77.397	41.026	89%
Superporto Sudeste	1.879	3.421	5.342	-45%	-65%	10.372	14.767	-30%
Outras	11.962	(2.655)	7.410	n/a	61%	14.220	7.778	83%
G&A Controladora	7.434	13.966	28.507	-47%	-74%	50.643	93.223	-46%
G&A Consolidada	48.961	45.131	55.631	8%	-12%	174.451	170.642	2%
% Receita Líquida	27,1%	13,3%	28,1%	13,8 p.p.	-1,0 p.p.	16,8%	21,2%	-4,4 p.p.
G&A/ton	34,80	21,05	29,26	65%	19%	26,25	24,73	6%

Em 2013, a MMX teve Despesas Gerais e Administrativas consolidadas de R\$ 174,5 milhões, acréscimo de 2% em relação ao ano anterior. Os principais efeitos que impactaram o G&A das operações (i) a não capitalização das despesas do Projeto Serra Azul a partir do 3T13 na MMX Sudeste representando aproximadamente R\$ 15 milhões, (ii) provisão para não realização de ICMS no valor de R\$ 7,3 milhões e recolhimento de ISS no valor de R\$ 4,5 milhões na MMX Corumbá e (iii) baixa de créditos de PIS e COFINS na MMX Metálicos no montante de R\$ 11,2 milhões.

No 4T13, a MMX apresentou Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas de R\$ 49 milhões, aumento de 8% quando comparada ao trimestre anterior e 12% inferior ao 4T12. O principal efeito que impactou o G&A das operações foi a baixa de créditos de PIS e COFINS na MMX Metálicos no montante de R\$ 11,2 milhões.

. Ebitda - A CVM, através da Instrução 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução”), dispôs sobre a divulgação voluntária do Ebitda, produzindo efeitos nas divulgações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2013. A administração da MMX optou por adotar as recomendações desta Instrução já nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Neste documento, dentre outros aspectos, a CVM instrui que não podem ser retirados do cálculo do Ebitda os itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas. O indicador será obtido segundo a fórmula:

Ebitda = Resultado líquido do período + Tributos sobre o lucro + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciações/amortizações/exaustões

A mesma Instrução permite que a Companhia divulgue os valores de Ebitda ajustado excluindo os resultados de operações descontinuadas e outros itens que contribuam para uma melhor informação acerca do potencial de geração bruta de caixa. Com isso, a fórmula acima será acrescida dos itens sublinhados abaixo:

Ebitda ajustado = Resultado líquido do período + Tributos sobre o lucro + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciações/amortizações/exaustões + Resultado de equivalência patrimonial + Provisão para patrimônio líquido a descoberto + Redução ao valor recuperável de ativos + Plano de opções

O reporte do Ebitda e as explicações decorrentes das variações serão feitos considerando o Ebitda ajustado. O Ebitda, conforme Instrução da CVM, e a reconciliação do Ebitda ajustado estão indicados no final deste relatório.

R\$ MILHARES	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
EBITDA Consolidado	(131.371)	(69.780)	(16.830)	88%	681%	(156.623)	48.559	-423%
Sudeste	(24.764)	27.545	37.736	-190%	-166%	109.896	159.225	-31%
Corumbá Mineração	(10.637)	8.560	(27.702)	-224%	-62%	(21.838)	(11.931)	83%
Superporto Sudeste	(73.629)	(116.881)	(519)	-37%	14093%	(196.019)	(7.787)	2417%
MMX S/A + Outras	(22.341)	10.996	(26.345)	-303%	-15%	(48.661)	(90.948)	-46%

Em 2013 a MMX registrou um Ebitda ajustado consolidado negativo em R\$ 156,6 milhões. Os principais impactos foram a provisão relativa à multa de deliveryorpay do contrato de prestação de serviços portuários entre a MMX Porto Sudeste e Mineração Usiminas S/A no montante de R\$ 185,3 milhões, além de provisão para takeorpay do contrato de prestação de serviços de frete ferroviário entre a MMX Sudeste e MRS Logística no montante de R\$ 45,4 milhões. Expurgando-se estes dois efeitos, o Ebitda de 2013 totalizaria R\$ 74,1 milhões, 53% superior ao exercício anterior.

O Ebitda ajustado consolidado registrado pela MMX no 4T13 foi negativo em R\$ 131,4 milhões, 88% acima do 3T13, principalmente pelo registro das provisões mencionadas acima, sendo R\$ 72 milhões do contrato com a Mineração Usiminas S/A na MMX Porto Sudeste e a provisão integral do takeorpay do contrato da MRS Logística com a

MMX Sudeste. Em termos operacionais, o menor volume de vendas no período também contribuiu para a redução do Ebitda neste período.

Resultado Financeiro

R\$ MILHARES	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Receita Financeira	4.173	6.011	30.354	-31%	-86%	40.024	64.810	-38%
Despesa Financeira	(104.097)	(114.687)	(121.601)	-9%	-14%	(433.164)	(463.712)	-7%
Varição Cambial	(139.672)	(9.041)	1.513	1445%	n/a	(353.521)	(197.653)	124%
Resultado Financeiro Líquido	(239.596)	(117.717)	(89.734)	104%	167%	(746.661)	(556.547)	34%

O Resultado Financeiro Líquido da MMX, negativo em R\$ 746,7 milhões, apresentou crescimento de 34% em 2013, influenciado principalmente pela apreciação do dólar frente ao real e pelo ajuste do passivo de longo prazo representado pelo valor presente da expectativa do fluxo de pagamento de royalties aos detentores dos títulos de remuneração variável (MMXM11).

No 4T13, a Companhia reportou resultado financeiro líquido negativo em R\$ 239,6 milhões, dos quais destacamos: (i) R\$ 4,2 milhões de receita financeira, (ii) R\$ 104,1 milhões de despesa financeira e (iii) R\$ 139,7 milhões de variação cambial negativa, principalmente do passivo de longo prazo representado pelos royalties.

Resultado Líquido -No ano de 2013, a MMX apresentou prejuízo líquido de R\$ 2.068,5 milhões frente ao prejuízo líquido de R\$ 795,7 milhões em 2012. Uma parcela representativa de impacto negativo no resultado líquido anual da Companhia foi o reconhecimento de redução do valor recuperável dos ativos de Serra Azul e direitos minerários de Bom Sucesso no valor total de R\$ 913 milhões, apresentado no 3T13. Já no 4T13 a MMX apresentou prejuízo líquido de R\$ 354,6 milhões, principalmente por conta do efeito do reconhecimento da multa de “deliveryorpay” com Usiminas e parcela de “takeorpay” com MRS Logística.

Caixa, dívida e aquisições.: Caixa: Posição líquida: a posição de caixa no final do quarto trimestre de 2013 era de R\$ 39 milhões, distribuída em: (i) R\$ 9 milhões em aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, remuneradas a taxas de mercado, indexadas ao CDI e (ii) R\$ 30 milhões em caixa. O caixa da Companhia sofreu alteração nesse período, principalmente em função de: (i) investimentos na planta atual da operação (SustainingCapex) no montante de R\$ 6 milhões; (ii) investimentos em obras do Projeto Serra Azul e Porto Sudeste no montante de R\$ 14 milhões; (iii) Liquidação de linhas de financiamento de aproximadamente R\$ 34 milhões.

Endividamento: no quarto trimestre, a MMX apresentou uma dívida financeira total de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão de curto prazo e R\$ 1,4 bilhão de dívida de longo prazo.

No 4T13, o prazo médio da dívida em moeda estrangeira ficou em 1.782 dias enquanto o prazo médio da dívida em reais, em 1.880 dias. O custo médio ponderado da dívida em dólar no quarto trimestre foi de 6,08% a.a, acrescido de variação cambial em dólares norte-americanos. O custo médio da dívida em reais, composta basicamente por linhas do BNDES, foi de 9,00% a.a.

. O gráfico abaixo demonstra a evolução do perfil da dívida da Companhia:



Aquisições

R\$ MILHARES	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12
Conumbá	-	3,2	4,0	-100%	-100%
GVA	52,1	57,5	57,2	-9%	-9%
Total	52,1	60,6	61,2	-14%	-15%

No 4T13, a MMX possuía uma dívida de R\$ 52 milhões, representada pela aquisição dos 60% restantes da participação acionária da GVA Mineração Ltda. (“GVA”).

Investimentos -Ao longo do exercício de 2013 o montante total de investimentos em projetos realizados pela MMX foi de R\$ 957,4 milhões, sendo R\$ 581,5 milhões no Superporto Sudeste e R\$ 375,9 milhões na Unidade de Serra Azul.

Serra Azul -O projeto de expansão da capacidade da Unidade Serra Azul, em Minas Gerais, encontra-se parado no aguardo dos desdobramentos da revisão do plano de negócios da Companhia. Dentro do contexto desta revisão, a MMX busca parceiros junto ao mercado para a implementação do projeto de expansão desta Unidade.

O minério de ferro produzido a partir da expansão da Unidade Serra Azul terá como destino o mercado transoceânico, a partir de logística integrada.

Superporto Sudeste - No último trimestre não houve avanços significativos no que se refere às obras civis, ficando o destaque para as montagens do sistema de correia transportadora, casas de transferências e montagem da empilhadeira recuperadora 1, localizada no pátio 6. Houve também vários testes nos viradores de vagões, no que tange a parte mecânica e elétrica.

Sustentabilidade -O foco em 2013 foi constituir a geração de valor ao core business da MMX, tendo avançado no estabelecimento de objetivos estratégicos, definição de KPIs à gestão em Sustentabilidade bem como identificar oportunidades de incremento de receitas. Os temas/drivers estratégicos dominantes foram: recursos hídricos, mudanças climáticas, relacionamento com comunidades, desenvolvimento local, rejeitos e eficiência operacional.

O trabalho objetiva dar suporte à tomada de decisões, da alta gestão, servir de direcionador para a empresa no médio e longo prazo. Isso permite estabelecer uma rota de evolução, que reforce a visão de uma atuação estratégica e transversal em sustentabilidade junto às várias áreas da empresa sempre com o objetivo de contribuir com ganhos contínuos em eficiência e eficácia operacional. No 4T13, parte da equipe de sustentabilidade foi alocada em outras áreas estratégicas, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Performance, integrando diretamente o tema e expertise às áreas.

Foi identificada oportunidade de diferencial competitivo e de posicionamento, para o Porto Sudeste, atrelado à logística verde / baixo carbono, frente ao setor. A oportunidade foi mapeada e detalhada dentro dos “Estudos de vulnerabilidade frente às Mudanças Climáticas”, que analisou o cenário macro, o setorial, por unidade de negócio e também a unidade produtiva.

Sistema Sudeste -Na Unidade Serra Azul, o Comitê de Sustentabilidade da Gerência-Geral de Operação está centrado em debater temas que se traduzam em eficiência operacional e incremento de receita. Ações como simbiose de resíduos, aproveitamento de recursos naturais (água e energia) e maximização de processos produtivos têm sido identificadas e desenvolvidas durante as inspeções de Sustentabilidade.

Investimento socioambiental estratégico e Relacionamento com Comunidades - Estabeleceu-se metodologia de Investimento Socioambiental Estratégico, com foco no ciclo de vida de empreendimentos (implantação, operação e descomissionamento) que permite aproveitamento de recursos, sinergia de processos e traçar premissas que balizarão a gestão de risco e a efetividade das ações em campo.

Compondo essa estratégia no quarto trimestre de 2013 houve o Programa de Educação Ambiental, que traz ações de sensibilização junto ao público interno e externo. Neste último estão sendo mapeadas as iniciativas relacionadas à educação e conservação ambiental, em andamento e previstas, de cada município de influência para o ano de 2014. Participam desta etapa representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Educação, empresas locais e lideranças de organizações civis.

Já o Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos teve em seu cronograma a continuidade de acompanhamento de dados. O Sistema de Monitoramento permite a geração de relatórios e antecipação de cenários socioeconômicos locais, proporcionando interação entre a MMX e o poder público local, para potencializar efeitos positivos e minimizar efeitos negativos de suas atividades.

Dentro do processo de diálogo social da MMX com os seus Stakeholders, merece destaque o Programa de Visitas que contou com 29 grupos visitantes de 11 municípios da região de influência do Sistema Sudeste, vindos de 17 instituições, num total de 706 visitantes em 2013. Destinado a promover o diálogo e compartilhar informações com diversas comunidades, o Programa proporciona oportunidade de visitas orientadas

dentro da Unidade Serra Azul da MMX, contribuindo com o conhecimento in-loco das atividades de mineração da empresa.

O Programa Parcerias Sociais tem o objetivo de incentivar negócios sociais existentes ou possíveis de serem desenvolvidos em grupos civis organizados. A premissa é que os projetos tenham vínculo com a geração de trabalho e renda e/ou biodiversidade.

Inovação e Estratégia -A MMX finalizou estudo de aproveitamento de potencial de recursos hídricos, provenientes das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que aponta um grande potencial para suprir necessidades presentes e futuras para projetos na região de Serra Azul. Os resultados proporcionam uma solução técnica e econômica viável, para a empresa, em um cenário de potencial conflito entre atividades agrícolas, industriais e consumo humano. A empresa apresenta diferencial de posicionamento e estratégia em seu território de atuação em vistas a atuação atual e oportunidades futuras.

Os estudos de arranjos institucional e financeiros para viabilização do cluster focado na fabricação de coprodutos a base de rejeito de minério de ferro da MMX foram aprofundados. A parceria entre a MMX, institutos de pesquisa e universidades, buscando impulsionar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos para outras cadeias produtivas prosseguem.

No decorrer de 2013 foram desenvolvidos estudos referente à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Mudanças Climáticas. O inventário de GEE do ano base de 2012 apontou redução de 11% nas emissões diretas comparadas ao ano base de 2011 na Operação do Sistema Sudeste.

Os estudos do Complexo Serra Azul registram medidas projetadas para que todas as suas atividades e processos se tornem mais eficientes, resultando em uma menor emissão de GEE que está alinhada ao Padrão de Desempenho 3 da International Finance Corporation (IFC), bem como o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação à Mudança do Clima na Mineração – Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono (PMBC), que teve sua versão final divulgada em Junho de 2013. Os resultados projetados apontam uma redução inicial de 26% nas emissões de GEE frente um projeto similar que não adotasse as soluções empregadas. O potencial de redução de emissões de GEE pode alcançar 74%

Esse conjunto de documentos assegura o registro de linha de base de GEE, minimizando riscos regulatórios que imputem cobrança financeira por emissão de GEE, em discussão no momento por agentes governamentais brasileiros. Os estudos ainda trouxeram a inserção de aspectos de mudanças climáticas e emissões de GEE para o portfólio de projetos da MMX.

Sistema Corumbá -Foi realizado um estudo de estoque de carbono em toneladas presente nos 20 mil hectares da Reserva Eliezer Batista, mantida pela MMX em Corumbá (MS) e o resultado reconhece o local como um importante agente no

complexo do ecossistema do Pantanal. Foi apontada uma capacidade de absorção de cerca de 800 mil toneladas de CO₂ na área. A Gerência de Sustentabilidade da MMX iniciou estudos para estruturar um plano de negócios que irá apontar alternativas e possibilidades de geração de receita para a manutenção e sustentabilidades da Reserva em curto, médio e longo prazo. Uma oportunidade é o potencial para estabelecer programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) frente à relevância da biodiversidade existente na área para atividades econômicas da região como o turismo, a pesca e a beleza paisagística.

Superporto Sudeste - Ao longo do ano de 2013, a abordagem para estruturação de uma visão de gestão estratégica para tratamento dos principais desafios nas dimensões ambiental e social do desenvolvimento e implantação do Porto Sudeste do Brasil foi a prioridade da equipe da Gerência de Meio Ambiente, responsável pelo tema da sustentabilidade na empresa.

Dando continuidade à execução das ações visando a implantação do Sistema de Gestão da Sustentabilidade (SGS) desenvolvido em conjunto com as demais equipes multidisciplinares envolvidas em um macroprojeto corporativo, a Gerência de Meio Ambiente do Porto Sudeste dedicou recursos e esforços para diversos temas relacionados na abrangência do SGS.

Complementando o processo de estruturação do SGS, foi realizado o planejamento para preparar a empresa a integrar as iniciativas de sustentabilidade como o planejamento para a elaboração do relatório GRI (Global Reporting Initiative) e adesão ao ISE/Bovespa e Pacto Global das Nações Unidas, que tratam dos compromissos com a transparência e disclosure de processos socioambientais do Porto Sudeste do Brasil, além da ratificação do desenvolvimento de uma gestão estratégica da sustentabilidade, estabelecendo acordos mais efetivos com investidores, comunidades, governos e demais stakeholders que atuam na abordagem das questões ambientais, sociais e de saúde e segurança da empresa.

Do mesmo modo que a abordagem corporativa da MMX, o Porto Sudeste priorizou o estabelecimento de objetivos estratégicos, definição de KPIs à sua gestão em Sustentabilidade bem como identificar oportunidades de incremento de receitas. Os temas/drivers estratégicos dominantes também foram aqueles ressaltados na abordagem corporativa da MMX: recursos hídricos, mudanças climáticas, relacionamento com comunidades, desenvolvimento local, rejeitos e eficiência operacional.

No decorrer de 2013, a equipe de sustentabilidade do Porto Sudeste desenvolveu os estudos referentes à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Mudanças Climáticas, acompanhando a estratégia definida pela unidade de Serra Azul. Os estudos apontam para medidas projetadas para que todas as atividades das unidades da MMX e respectivos processos se tornassem mais eficientes, resultando em uma menor emissão de GEE que está alinhado ao Padrão de Desempenho 3 do IFC.

É importante abordar também o resultado de auditorias socioambientais realizadas no Porto Sudeste do Brasil em função de financiamentos e empréstimos concedidos para o desenvolvimento do empreendimento e atrelados ao atendimento de condicionantes de sustentabilidade usualmente preconizadas por padrões de referência como aqueles estipulados pelo World Bank e o International Finance Corporation (IFC) e do BID. As auditorias foram realizadas a pedido do Bradesco e do BNDES em 2013 e contaram com o total apoio da equipe da Gerência de Meio Ambiente do Porto Sudeste do Brasil, tendo como resultado a aderência dos processos da empresa aos respectivos protocolos e padrões de referência para avaliação socioambiental. Nos casos onde foram recomendadas ações mitigadoras, a empresa estabeleceu o plano de ação para atendimento aos respectivos itens de melhoria, de forma a ter o compliance aos referidos processos por parte dos organismos financiadores.

Gestão socioambiental e licenciamento -Ao longo de 2013, o Programa de Comunicação Social – PCS – na abrangência da estratégia de stakeholderengagement do Porto Sudeste - deu continuidade à identificação e mapeamento dos Stakeholders locais, entrevistando lideranças comunitárias e da área política, como secretarias de governo, além de escolas municipais e conselhos comunitários dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Nesse período, a cartilha do Superporto Sudeste, que contém informações sobre os programas socioambientais desenvolvidos na região, foi finalizada e utilizada nos Seminários de Comunicação realizados para os colaboradores e comunidade do entorno do Porto Sudeste.

As atividades de licenciamento socioambiental seguiram o planejamento da gerência de meio ambiente, visando o atendimento de condicionantes legais e compromissos voluntários que endereçam a obtenção da licença para a operação dos 50 MTPY e a prévia da expansão para 100 MTPY.

Museu das Minas e do Metal -O Museu das Minas e do Metal (MMM) teve a EBX como mantenedora e a MMX como apoiadora às suas atividades até o encerramento do Convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais, em novembro de 2013. O início se deu em 2008. Foram dois anos de obras e implantação do projeto museográfico e mais de três anos de funcionamento sob a gestão e patrocínio do grupo tendo ultrapassado a marca de 220 mil visitantes. | ri.mmx.com.br .

DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Receita (despesa) Operacional Bruta	188.342	351.276	209.886	-46%	+10%	1.091.066	850.671	28%
Mercado Interno	99.534	104.861	134.444	-5%	-26%	320.647	492.427	-35%
Mercado Externo	88.808	246.315	75.442	+64%	10%	770.419	358.244	115%
Impostos	(7.661)	(12.262)	(12.130)	-38%	+37%	(49.902)	(44.658)	12%
Receita (despesa) Operacional Líquida	180.681	339.014	197.756	-47%	-9%	1.041.164	806.013	29%
Custo dos Produtos Vendidos	(84.329)	(107.715)	(106.320)	-22%	+21%	(387.519)	(369.001)	5%
Lucro Bruto	96.352	231.299	91.436	-58%	5%	653.645	437.010	50%
Despesas com Vendas	(129.003)	(171.090)	(61.236)	-25%	111%	(518.663)	(247.059)	110%
Despesas Gerais e Administrativas	(40.361)	(45.131)	(55.631)	0%	-12%	(174.451)	(170.642)	2%
Outras Despesas Operacionais, líquidas	(52.993)	(1.001.398)	(217.711)	-95%	-76%	(1.182.674)	(224.570)	427%
Resultado de Equivalência Patrimonial	630	(3.433)	1.054	n/a	-40%	(1.602)	6.502	-125%
Receitas Financeiras	4.173	6.011	30.354	-87%	-26%	40.024	64.818	-38%
Despesas Financeiras	(104.097)	(114.687)	(121.601)	-1%	-17%	(433.264)	(463.712)	-7%
Variação Cambial	(119.672)	(9.041)	1.513	-96%	-152%	(353.321)	(157.653)	124%
Resultado Financeiro Líquido	(219.596)	(117.717)	(89.734)	104%	167%	(746.661)	(556.547)	34%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(373.161)	(1.107.470)	(331.822)	-66%	12%	(1.970.411)	(755.306)	161%
Imposto de renda e contribuição social	10.575	(99.454)	(34.536)	-119%	+154%	(93.069)	(40.397)	143%
Operações descontinuadas	-	-	15.108	n/a	n/a	-	-	n/a
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(354.586)	(1.206.925)	(351.250)	-71%	1%	(2.068.481)	(795.703)	160%
Atribuído aos acionistas não controladores	(1.469)	227	(2.537)	n/a	-42%	(11.499)	(3.349)	243%
Lucro/Prejuízo do período atribuído aos acionistas controladores	(353.117)	(1.207.152)	(348.713)	-71%	1%	(2.056.982)	(792.354)	160%

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA	4T13	3T13	4T12	Var. % 4T13/3T13	Var. % 4T13/4T12	2013	2012	Var. % 2013/2012
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(354.586)	(1.206.925)	(351.250)	-71%	1%	(2.068.481)	(795.703)	160%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.575)	99.454	34.535	n/a	n/a	90.070	40.396	143%
Variação Cambial	129.672	9.041	(1.513)	+145%	n/a	353.321	157.653	124%
Despesas Financeiras	104.097	114.687	121.601	-9%	-14%	433.264	463.712	-7%
Receitas Financeiras	(4.173)	(6.011)	(30.354)	-31%	-86%	(40.024)	(64.818)	-38%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.155	6.474	4.593	-5%	24%	29.539	28.826	3%
EBITDA	(127.410)	(983.280)	(222.388)	-87%	-43%	(1.194.191)	(169.934)	603%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(630)	3.433	(1.054)	n/a	-40%	1.602	(6.502)	n/a
Redução do Valor Recuperável de Ativos	63	912.999	201.216	n/a	n/a	1.046.010	201.216	420%
Plano de Opções	(3.294)	(2.932)	5.796	16%	n/a	(10.944)	23.779	n/a
EBITDA Ajustado	(131.371)	(69.780)	(16.830)	88%	681%	(156.623)	48.559	n/a

ATIVO	31/12/2013	30/09/2013	31/12/2012
Ativo Total	7.245.982	7.319.924	7.739.234
Ativo circulante	7.151.895	7.212.460	814.888
Disponibilidades	1.240	6.963	488.268
Créditos	97.112	95.428	210.026
Estoques	-	-	116.594
Ativos não circulantes mantidos para venda	7.053.543	7.110.069	
Ativo não circulante	94.087	107.464	6.924.346
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.280	51.336	226.818
Ativo Permanente	55.807	56.128	6.697.528

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2013	30/09/2013	31/12/2012
Passivo Total	5.848.032	5.563.995	5.299.020
Passivo circulante	5.763.682	5.484.399	1.750.156
Empréstimos e Financiamentos	11.372	15.170	1.299.411
Fornecedores	10.548	11.603	313.423
Impostos, Taxas e Contribuições	9.095	8.309	49.399
Dívidas com Pessoas Colgadas	13.192	-	6.299
Debêntures	-	-	-
Passivos relacionados com os ativos não circulantes mantidos para venda	5.697.476	5.439.714	
Outros	21.999	9.603	81.624
Passivo não circulante	84.350	79.596	3.548.864
Empréstimos e Financiamentos	79.034	-	1.208.596
Debêntures	-	74.192	602.433
Royalties PortX	-	-	1.625.395
Outros	5.316	5.404	112.440
Patrimônio Líquido	1.397.950	1.755.929	2.440.214
Capital social Realizado	5.356.521	5.356.521	4.288.819
Reservas	(29.653)	(26.260)	(18.810)
Ajustes de avaliação patrimonial	5	5	30.647
Lucro (Prejuízo) acumulado	(3.932.096)	(3.578.979)	(1.875.114)
Participação de acionistas não controladores	3.173	4.642	14.672

Fonte: Fator Brasil

52-28/03/2014

DNPM lança Informe Mineral do segundo semestre de 2013

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) lançou o Informe Mineral do segundo semestre de 2013. A publicação visa mensurar, por meio de levantamento sistemático e periódico, o desempenho semestral da mineração.

É composto por artigos que tratam de nível de produção, comércio exterior, desempenho da arrecadação da CFEM e da TAH, mercado de trabalho e outorga de títulos minerários.

O documento já está disponível no sítio do DNPM no endereço http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=9114

Fonte: Redação MM

53-28/03/2014

A prioridade da MMX em 2014: trocar Eike Batista por um novo dono

Objetivo da reestruturação e da revisão de investimentos é tornar a mineradora fundada por Eike Batista mais atraente para um novo controlador

Por Márcio JULIBONI

Faz parte da etiqueta corporativa que executivos sejam discretíssimos ao comentar a situação de seus controladores. Afinal, ter a confiança dos donos é fundamental para

manter o emprego. Na teleconferência de resultados da MMX, nesta quinta-feira 27, porém, o que se viu foi uma tentativa explícita de mostrar que a mineradora quer se desvincular, o mais rápido possível, de seu atual controlador: Eike Batista, o fundador do Grupo EBX e dono de 59% da mineradora.

“A troca de controle é extremamente necessária, hoje, para dar continuidade aos nossos projetos”, afirmou, sem rodeios, Carlos Gonzalez, presidente e diretor de relações com investidores da MMX. Não faltam motivos para que a empresa procure um novo dono. O primeiro e mais óbvio é que a crise de Eike Batista contaminou seus negócios, a ponto de linhas de crédito já aprovadas se fecharem para a companhia.

O básico

O segundo é que a MMX precisa do básico para qualquer negócio: dinheiro.

A empresa encerrou dezembro com um caixa de apenas R\$ 39 milhões, após consumir R\$ 449 milhões de recursos no ano passado. Após a venda de 65% da MMX Porto Sudeste para a Trafigura e o Mubadala, a companhia livrou-se de praticamente todas as dívidas financeiras – parte do acordo é que os novos donos do porto assumam essas obrigações. De qualquer modo, o executivo calcula que os compromissos remanescentes somem cerca de R\$ 80 milhões.

Além disso, a MMX precisa concluir a expansão de Serra Azul, hoje seu principal projeto de produção de minério de ferro, localizado em Minas Gerais. O chamado Sistema Sudeste, cujo epicentro é a Serra Azul, produziu no ano passado 5,428 milhões de toneladas – uma queda de 8% em relação a 2012.

Os planos iniciais eram de expandir a capacidade instalada de Serra Azul para 29 milhões de toneladas. Após a crise do Grupo EBX, o conselho de administração da mineradora, presidido por Batista, aprovou uma proposta da diretoria para cortar a expansão para apenas 15 milhões de toneladas. A empresa já investiu US\$ 700 milhões no projeto. O problema é que, mesmo menor, a ampliação da mina ainda requer US\$ 1,4 bilhão – uma cifra que nem a companhia, nem Batista, possui. “O atual controlador não tem condições de alocar esses recursos”, afirmou Gonzalez aos analistas que o ouviam.

Caindo na real

Tornar a companhia mais atraente para um investidor demandou um verdadeiro choque de realidade. “Queremos mostrar a nova atitude da empresa, menor, mais enxuta, com uma capacidade de decisão mais rápida”, afirmou o executivo. A direção da companhia foi reduzida a apenas três executivos: além de Gonzalez, integram a cúpula, Ricardo Furquim, diretor comercial e operacional, e Ricardo Assef, diretor financeiro. Para entender como essa é uma estrutura magérrima, basta lembrar que a Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, conta com oito diretores no alto comando. A MMX também cortou cerca de 300 pessoas. Parte dos desligados migrou para a MMX Porto Sudeste.

A segunda medida é aumentar a eficiência das operações já existentes. A vida útil de Serra Azul deve se estender até 2021, a partir dos 124 milhões de toneladas de recursos que a mina ainda possui. Agora, os engenheiros da MMX quebram a cabeça para aumentar em alguns anos esse prazo. “Queremos ganhar, pelo menos, dois ou três anos”, disse Gonzalez. O motivo é simples: para um novo dono, quanto mais tempo a

mina estiver em operação, maiores serão os retornos. Poucos gostariam de comprar uma empresa cujo maior projeto vai acabar em apenas sete anos.

A direção da empresa procurou adotar um tom otimista na teleconferência. “Se um sócio trazer recursos, temos certeza de que estaremos no caminho certo”, afirmou o executivo. Segundo ele, algumas propostas estão na mesa. A essa altura, há argumentos para tentar atrair tanto investidores estrangeiros, quanto nacionais. Para os primeiros, o maior argumento é que a MMX nasceu com vocação para exportar minério, e o acordo com o Porto Sudeste garante espaço para embarcar, pelo menos, 7 milhões de toneladas por ano. Para as empresas locais, uma isca e tanto são os créditos fiscais acumulados pelos prejuízos da mineradora nos anos anteriores – cerca de R\$ 600 milhões.

“Esperamos encontrar, no curto prazo, um sócio estratégico”, disse. “Para quem quer produzir minério de ferro, essa é uma boa oportunidade.” Alguém se candidata?

Fonte: Isto É Dinheiro

54-28/03/2014

LATIN RESOURCES FATURA US\$ 2 MILHÕES COM A VENDA DO PROJETO MARIELA

A LatinResources faturou cerca de US\$ 2 milhões com a venda do projeto Mariela para a Total Genius Iron Mining (TGIM). Com o aumento dos interesses dos investidores, as ações da LatinResources subiram 50% esta semana, chegando a U\$ 0,06. O projeto de Mariela é uma concessão de 3.200 hectares altamente potenciais de ouro-cobre (IOCG) na costa do Peru. Os recursos da venda serão investidos em outros projetos de exploração de IOCG da LatinResources no sul do Peru; além da manutenção do projeto de Guadalupito, bem como o projeto de minério de ferro de Borborema, no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

55-28/03/2014

EVENTO REÚNE ANALISTAS INTERNACIONAIS E EMPRESÁRIOS DO SETOR DE ALUMÍNIO

Empresários e analistas da indústria do alumínio se reunirão na próxima semana para a quinta edição da Exposição Internacional do Alumínio, que acontece de 1º a 3 de abril, em São Paulo. O evento é uma oportunidade para a concretização de negócios e discussão de temas como o futuro do setor e a política nacional de resíduos sólidos.

A 5ª ExpoAlumínio conta com espaços para concretização de negócios, programação técnica e apresentações de especialistas do setor. Este ano, fóruns de sustentabilidade e novas perspectivas de investimento na indústria estão entre os temas das palestras.

Um dos destaques é o painel “O Futuro da Indústria Brasileira do Alumínio”, que acontece na próxima terça-feira (1), dia de abertura do evento. Entre os palestrantes, estará Jorge Gerdau, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau. Presidentes das empresas produtoras de alumínio primário e representante das transformadoras de alumínio instalado no Brasil também estarão presentes.

Ainda no primeiro dia, a ExpoAlumínio promoverá o painel internacional “The Global Aluminium Industry: Opportunities and Threats”. Chris Bayliss, do International Aluminium Institute (IAI) e Mahmood Daylami, da Gulf Aluminium Council (GAC), vão analisar o mercado do Oriente Médio, fazendo ligações com a indústria brasileira. A moderação será de Otávio Carvalheira, da Alcoa.

No segundo dia, o desenvolvimento sustentável da indústria de siderurgia será tratado como forma de promover novas tecnologias. Marcelo Suster, da RecAltech Brasil, discutirá o reaproveitamento do alumínio na indústria para que possa ajudar na geração de novos produtos a partir do alumínio já utilizado; enquanto Gonzaga de Magalhães, da Votorantim Metais, trará o conceito de utilização da matéria-prima de forma mais assertiva com novas práticas químicas.

No último dia do evento haverá dois workshops temáticos que contemplam o setor automotivo. Ambos terão a presença de palestrantes internacionais como Mark Finn, líder de Tecnologia de Laminação do Novelis Global Research & Technology Center, e Gregory Lucas Peer, líder de Desenvolvimento de Produto da Alcoa Technical Center.

A demanda por alumínio no Brasil tem crescido, em média, 8,6% ao ano e o setor automotivo é o segundo que mais contribui para este número positivo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Adjarma Azevedo, a ExpoAlumínio é um evento fundamental para a indústria em um período de crescimento contínuo. “A ExpoAlumínio é uma grande oportunidade de negócios, vamos mostrar o que temos de novo a oferecer aos consumidores: produtos, projetos, processos e a própria indústria encontrará seus fornecedores, novos equipamentos e ofertas”, afirmou Azevedo.

A ExpoAlumínio será realizada no Centro de Exposições Imigrantes. A programação do Congresso e Seminários pode ser acessada pelo website <http://www.expoaluminio.com.br>.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

56-28/03/2014

SAMARCO LANÇA MINIEMPRESA EM MARIANA

No dia 25 de março, Mariana comemorou o lançamento da edição 2014 do Programa Miniempresa, uma realização da Samarco em parceria com a Prefeitura de Mariana e a

Junior Achievement, organização a que busca despertar o espírito empreendedor em jovens estudantes. A cerimônia reuniu lideranças e voluntários da Samarco e da UNSEB Interativo, autoridades públicas e a representante institucional da Junior Achievement.

A iniciativa será desenvolvida em quatro turmas de escolas estaduais e uma turma do SENAI de Mariana e pretende apresentar o mundo dos negócios a 150 alunos. Ao longo de 15 semanas, os participantes terão encontros periódicos com profissionais voluntários da Samarco, estudantes de universidades de Mariana (UNISEB) e representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Mariana para discutir conceitos sobre o mercado, comercialização e produção a partir da metodologia “Aprender-Fazendo”, na qual cada participante se transforma em um miniempresário.

"A Samarco acredita que o envolvimento dos jovens em atividades desafiadoras e lúdicas incentiva os estudos e a permanência dos adolescentes na escola. Dessa maneira, a empresa busca contribuir para a melhoria da educação, com reflexos positivos na empregabilidade, renda e qualidade de vida", avalia Rodolpho Samorini Filho, gerente de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco.]

Histórico de sucesso

Desde 2007, a Samarco é mantenedora da Junior Achievement. No ano passado, a miniempresa mineira BellaBank, de Mariana, se transformou em um negócio real para a fabricação e comercialização de carteiras feitas a partir de caixas de leite e tecido. Já a capixaba Entrelaços, de Guarapari, chegou a ser finalista de uma promoção do Sebrae, que selecionou as melhores iniciativas no país.

Fonte: Samarco